



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ARTHUR VARGAS FACINI

**REDES TRANSNACIONAIS DE OBSTRUÇÃO CLIMÁTICA E SUA INCIDÊNCIA
SOBRE A OPOSIÇÃO À AGENDA CLIMÁTICA NO BRASIL (2019-2022)**

Rio de Janeiro

2025

ARTHUR VARGAS FACINI

REDES TRANSNACIONAIS DE OBSTRUÇÃO CLIMÁTICA E SUA INCIDÊNCIA
SOBRE A OPOSIÇÃO À AGENDA CLIMÁTICA NO BRASIL (2019-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao programa de graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), como requisito parcial para a Obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Sanchez Milani

Rio de Janeiro

2025

ARTHUR VARGAS FACINI

REDES TRANSNACIONAIS DE OBSTRUÇÃO CLIMÁTICA E SUA INCIDÊNCIA
SOBRE A OPOSIÇÃO À AGENDA CLIMÁTICA NO BRASIL (2019-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao programa de graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), como requisito parcial para a Obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais

Rio de Janeiro, 2025

BANCA EXAMINADORA

Professor Titular Doutor Carlos Roberto Sanchez Milani
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Professora Titular Doutora Ana Paula Tostes
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todos os professores que tive,
que alimentaram minha curiosidade e expandiram meu mundo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que sempre me apoiaram em todos meus projetos e que tornaram todas minhas conquistas possíveis.

À minha namorada, Helena, pelo amor e pela força que me deu, mesmo nos momentos mais difíceis.

Aos meus amigos, Aeron, Giuliano, João, Júlia e Márcio, e minha tia Gabi, que fazem a vida valer a pena.

Ao meu orientador, Carlos Milani, com o qual tive a sorte de encontrar e que me fez ter a certeza de que a academia era o meu lugar.

Ao corpo docente do Departamento de Relações Internacionais, especialmente às professoras Ana Paula Tostes, Layla Dawood e Jana Tabak, por todos os aprendizados e bons momentos durante a graduação.

À UERJ, na qual me sinto em casa e que é lar de tantos sonhos e produções brilhantes.
Ao CNPq, pelo financiamento de minha Iniciação Científica.

RESUMO

O presente trabalho trata das redes transnacionais de obstrução climática e de sua incidência sobre os esforços de oposição à agenda climática no Brasil durante o governo Bolsonaro. Para isso, abordamos a estrutura e o surgimento do contramovimento climático nos Estados Unidos, de modo a explicitar seu funcionamento, bem como sua posterior expansão transnacional, utilizando o Reino Unido como exemplo do Norte geopolítico. Assim, é possível compreender a influência da economia política e dos perfis de emissão dos países sobre os cenários nacionais de obstrução climática. Na sequência, tratamos como esse fenômeno se desenvolve no Brasil, apresentando os poucos estudos existentes sobre ele e um histórico de sua manifestação no cenário político nacional, com foco sobre a atuação da Atlas Network durante o governo Bolsonaro. Ao final, argumentamos que essas redes exerceram influência material e discursiva sobre a obstrução climática brasileira no período, especialmente a partir de sua conexão com atores da extrema-direita e com aqueles vinculados ao agronegócio, mas que ainda não desenvolveram o mesmo grau de densidade e protagonismo encontrado no Norte geopolítico.

ABSTRACT

This paper deals with transnational climate obstruction networks and their impact on efforts to oppose the climate agenda in Brazil during the Bolsonaro administration. To do this, we look at the structure and emergence of the climate change counter-movement in the United States, in order to explain how it works, as well as its subsequent transnational expansion, using the United Kingdom as an example of the geopolitical North. In this way, it is possible to understand the influence of the political economy and the emission profiles on national scenarios of climate obstruction. Next, we look at how this phenomenon is developing in Brazil, presenting studies on it and a history of its manifestation in the country, with a focus on the Atlas Network's actions during the Bolsonaro government. In the end, we argue that these networks exerted a material and discursive influence on Brazilian climate obstruction in the period, especially from their connection with far-right actors and those linked to agribusiness, but that they have not yet developed the same degree of density and protagonism found in the geopolitical North.

SUMÁRIO

- 1 **INTRODUÇÃO**
- 2 **ESCOLHAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS**
- 3 **CONTRAMOVIMENTO CLIMÁTICO: ORIGEM E EXPANSÃO
TRANSNACIONAL**
 - 3.1 **O surgimento do contramovimento climático nos EUA**
 - 3.1.1 **Antecedentes**
 - 3.1.2 **Organização do contramovimento climático: atores e estratégias**
 - 3.1.3 **Alguns impactos do contramovimento climático na política climática dos EUA**
 - 3.2 **A expansão transnacional do contramovimento climático: Reino Unido**
- 4 **A OBSTRUÇÃO CLIMÁTICA NO BRASIL DURANTE O GOVERNO
BOLSONARO E SUAS CONEXÕES TRANSNACIONAIS**
 - 4.1 **As produções sobre negacionismo e obstrução climática no Brasil**
 - 4.2 **Histórico da obstrução climática no Brasil**
 - 4.3 **As redes transnacionais de obstrução climática e sua incidência durante o
governo Bolsonaro**
 - 4.3.1 **Dinâmica da obstrução climática no Brasil durante o governo Bolsonaro**
 - 4.3.2 **A incidência das redes transnacionais de obstrução climática durante o governo
Bolsonaro**
- 5 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**
- 6 **REFERÊNCIAS**

1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas se impõem como um dos maiores desafios enfrentados pela humanidade. A perda da biodiversidade, o maior risco de pandemias, de migrações em massa e do aumento do nível dos oceanos, dentre várias outras consequências, não ameaçam apenas os indivíduos, as formas não humanas de vida e os ecossistemas, mas a própria sobrevivência dos Estados naquilo que têm de fundamental - seu território. De grandes cidades a países inteiros, em especial os pequenos Estados insulares, a possibilidade de deixarem de existir ou de mudarem ao ponto de se tornarem irreconhecíveis é real.

Os esforços da ciência para a compreensão do clima e da influência humana sobre ele remontam aos séculos XIX e XX (Washington; Cook, 2011). No entanto, foi apenas na década de 1980 que um consenso científico se consolidou sobre como o crescimento das emissões de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera, decorrente das atividades humanas, mas sobretudo da queima de combustíveis fósseis, estava produzindo um aumento da temperatura média do planeta (Oreskes; Conway, 2011). O ano de 1988 foi crucial para que o assunto recebesse atenção global, com, dentre outras coisas, a criação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) no seio da Organização das Nações Unidas (ONU), o testemunho dado por James Hansen ao Congresso dos Estados Unidos (EUA) e a ocorrência de eventos climáticos extremos ao redor do mundo (Milani; Pinto; Facini, 2024).

No entanto, de modo simultâneo ao aumento de projeção do tema, formavam-se redes transnacionais que o negavam em suas diversas dimensões - seja em sua existência, em sua natureza antropogênica ou em sua severidade - e que realizavam esforços para bloquear ou atrasar as ações de mitigação e de adaptação climática nos níveis local, nacional e internacional, que aqui chamamos de redes transnacionais de obstrução climática (RTOC) (Armitage, 2005, p.422). Essas reuniram atores variados, como empresas, cientistas, think tanks conservadores (TTCs) e associações comerciais, com destaque para aqueles ligados ao setor econômico de combustíveis fósseis, e de diversos países, mas sobretudo dos EUA.

Por meio de estratégias diversas, esses são alguns dos maiores responsáveis pelo descompasso existente entre o pleno reconhecimento do problema pela ciência e a falta de ação adequada em relação a ele. Desse modo, para entender como mais de três décadas de debates e acordos internacionais para o enfrentamento à emergência climática não foram capazes de manter as emissões em níveis seguros, nem de produzir adaptações adequadas a

suas consequências, surgiu uma literatura interdisciplinar para investigar as dinâmicas, os atores e as práticas da obstrução climática, ou seja, dos esforços intencionais que buscam atrasar ou bloquear políticas climáticas compatíveis com o consenso científico necessário para evitar uma interferência antropogênica perigosa no sistema climático. Contudo, a maior parte desta bibliografia se concentra no Norte geopolítico e tende a universalizar os desafios destes países a outras partes do mundo, embora os indicadores de desenvolvimento humano, as demandas sociais e o perfil econômico e de emissões variem bastante entre os contextos nacionais.

Nessa perspectiva, o cenário brasileiro da obstrução climática se diferencia em diversos pontos daquele descrito nos países centrais. Um aspecto importante é o fato de que a agenda do clima ainda não se consolidou como uma grande arena de disputa política no país, ou seja, ainda, não é um tema tão central nem para os políticos, de todos os matizes ideológicos (embora seja mais presente entre a esquerda e a centro-esquerda), nem para a sociedade no geral. Enquanto isso, a agenda ambiental, de maneira mais ampla, já está mais consolidada no Brasil, que desde a redemocratização desenvolveu uma das legislações sobre o tema mais avançadas do mundo e que conta com organizações da sociedade civil bastante estruturadas em sua defesa. Assim, ao contrário do que ocorre nos países ocidentais, nos quais a emergência climática é um assunto frequentemente discutido em jornais, campanhas políticas e motivo de manifestações, seja de maneira contrária ou a favor, no Brasil são menos frequentes referências explícitas ao assunto.

Não menos importante, o país conta com uma matriz de emissão de gases de efeito estufa (GEE) muito mais ligada à mudança de uso da terra e à agricultura (SEEG, 2023), diferente do que ocorre na Europa e nos EUA, nos quais as emissões decorrem sobretudo das atividades industriais e do setor energético. Nesse sentido, estudos iniciais (Hochsprung Miguel, 2022) no Brasil já apontam para o papel central do agronegócio na obstrução climática, no âmbito econômico e político, embora essa oposição se concentre muito mais sobre pautas ambientais com incidência sobre o clima do que de maneira abertamente contrária à agenda climática.

Entretanto, com a ascensão da extrema-direita transnacional, que se materializou no Brasil com a eleição de Jair Bolsonaro (2019 - 2022) à presidência, houve o fortalecimento das práticas de obstrução climática no país, expressas não só na deterioração do compromisso com a agenda climática na retórica oficial, como nos resultados concretos bastante negativos no campo ambiental, como o aumento de 60% no desmatamento na Amazônia durante seu mandato (INESC, 2023). Dessa forma, o presente trabalho busca responder à seguinte

pergunta: de que modo as redes transnacionais de obstrução climática contribuíram para a negação, o atraso e o bloqueio da agenda climática no Brasil durante o governo Bolsonaro?

Sendo assim, a presente pesquisa é relevante na medida em que a compreensão desses atores e suas práticas em cada país, bem como suas conexões com o cenário global, pode auxiliar em seu enfrentamento. Isso é especialmente importante no caso do Sul geopolítico que, apesar de carecer de estudos nesta direção, é composto por países em desenvolvimento bastante populosos, que têm aumentado constantemente suas emissões nas últimas décadas, em decorrência de uma ampliação qualitativa e quantitativa em sua capacidade de produção e consumo. Dentre esses, o Brasil ocupa um lugar de destaque para a realização destas pesquisas, na medida em que é o sexto maior emissor mundial de GEE (SEEG, 2023) e que abriga a maior floresta tropical do planeta, além de, em variados momentos, buscar se posicionar como um ator proeminente na arena ambiental e climática internacional.

Quanto à divisão, o trabalho é composto por uma introdução, que apresenta o tema do trabalho, um primeiro capítulo com as abordagens teóricas e metodológicas, um segundo capítulo que trabalha o surgimento e o desenvolvimento do CMC nos EUA e sua expansão transnacional para o Reino Unido, um terceiro, que aborda a obstrução climática no Brasil e suas conexões transnacionais durante o governo Bolsonaro, e um último, que apresenta as considerações finais.

2 ESCOLHAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Nesta seção, serão apresentados os conceitos e o arcabouço teórico utilizados no trabalho, buscando explicitar não só o que entendemos por negacionismo e obstrução climática, como também as ferramentas de análise para as RTOC, além de descrever a metodologia que guiou a pesquisa. Em primeiro lugar, serão abordadas as teorias sobre a obstrução climática do Norte geopolítico. Depois, mobilizaremos parte da literatura sobre relações transnacionais (Nye; Keohane, 1971; Keck; Sicking, 1998; Risse, 2002; Milani; Laniado; 2007), de modo a compreender como as RTOC se estruturam, se comportam e incidem sobre a política internacional e doméstica em relação à agenda climática.

Como ponto de partida, compreendemos a agenda climática como a série de questões ou problemas de maior destaque e que são considerados dignos de atenção pelos tomadores de decisão sobre questões climáticas e pelo público interessado, baseado na definição de

Kingdon (1984) sobre agendas políticas. Além disso, adotamos a definição de negacionismo climático a partir das ideias do sociólogo Stanley Cohen (2001), que o divide em três tipos. O primeiro, o negacionismo literal, diz respeito à negação da existência do fenômeno em si; no caso, a ocorrência das mudanças climáticas. No segundo, o interpretativo, o que se nega é o significado do fenômeno, por meio de leituras diversionistas, como o entendimento de que as mudanças climáticas seriam positivas. Por fim, no negacionismo das implicações, são as consequências morais, psicológicas e políticas dos fatos que são rejeitadas ou minimizadas. Nesse sentido, optamos por adotar um conceito mais restrito de negacionismo, devido a razões metodológicas. Isso porque há autores, por exemplo, que consideram como negacionistas todos aqueles que rejeitam a necessidade de transformação dos padrões de produção e consumo das sociedades industriais do Ocidente, tendo em vista a responsabilidade desse modelo econômico, social e político sobre as alterações climáticas (Danowski, 2012; 2018; Riquito, 2021).

No entanto, apenas esse conceito não é suficiente para cobrir todos os esforços contrários à agenda climática. Isso porque, tendo em vista o caráter cada vez mais incontestado dos fenômenos e da ciência climática, o negacionismo tem cedido cada vez mais espaço a uma aceitação parcial das mudanças em curso, mesmo que tácita, enquanto são mobilizadas práticas, mais ou menos abertamente, para atrasar ou bloquear ações concretas de enfrentamento a seus desafios. Desse modo, surgiu o conceito de obstrução climática, que abarca vários obstáculos que se interpõem no caminho da ação climática - do negacionismo literal à oposição, procrastinação e bloqueio de políticas climáticas efetivas, nos níveis estrutural, corporativo, governamental, social e individual, por razões políticas, econômicas e psicológicas (Ekberg *et al.*, 2022, p.5).

Nas últimas décadas, a literatura sobre negacionismo e obstrução climática cresceu tanto em volume quanto em diversidade de áreas do conhecimento, percorrendo campos tão diversos quanto a filosofia, a psicologia, a criminologia e as Relações Internacionais. O que os une é a tentativa de entender as razões pelas quais as ações necessárias e recomendadas pela comunidade científica para manutenção do clima em patamares seguros para a vida na terra (mas especialmente a humana), bem como para adaptação às consequências severas das mudanças climáticas não têm sido implementadas na medida necessária.

Dentre as explicações oferecidas, estão a ignorância dos fatos científicos pelo público (Norgaard, 2011) e o poder político e econômico das companhias de combustíveis fósseis, responsáveis por uma grande parte das emissões mundiais, e que buscam, por meios diversos, negar, atrasar e bloquear planos de mitigação, sobretudo os de transição energética (Armitage,

2005; Oreskes; Conway, 2011). Além disso, a corrente atualmente mais proeminente, e a que aqui adotamos, aponta para os esforços realizados por um Contramovimento Climático (CMC) transnacional, com raízes nos Estados Unidos, e que se organiza para promover posições contrárias à ciência climática e obstruir as políticas pró-clima, envolvendo TTCs, empresas de relações públicas, acadêmicos e companhias de combustíveis fósseis (Brulle, 2020, p.330; Mckie, 2023, p.7).

O grande incentivo para agir dessa maneira parece ser a tentativa de manter, pelo maior tempo possível (e, dramaticamente, até o esgotamento) um modelo econômico baseado em combustíveis fósseis e em padrões de produção e consumo totalmente insustentáveis do ponto de vista socioambiental e climático (Oreskes; Conway, 2011). Nesse sentido, interesses econômicos poderosos se somam à difusão, nas últimas décadas, do neoliberalismo (Brown, 2019), que, entre outras coisas, se posiciona contrariamente à interferência do Estado na regulação das relações (em sua maioria conflituosas) entre o capital e a natureza, e à ascensão das forças de extrema-direita, que têm conquistado governos importantes ao redor do mundo e se demonstrado ambientalmente destrutivas em suas gestões.

Já para compreender a dimensão transnacional desse fenômeno, é preciso mobilizar algumas contribuições das RI sobre as relações transnacionais. Essas e o pensamento em torno delas não são novos, mas têm um passado tão extenso quanto as atividades comerciais e produtivas de famílias ricas do Renascimento e das companhias de comércio das grandes potências imperiais, como Holanda e Inglaterra, que atravessavam continentes nos séculos XV e XVI (Risse, 2002, p.337). Do mesmo modo, as campanhas inspiradas por princípios e valores, como a dos abolicionistas e das sufragistas, já ocorriam no século XIX, com estratégias similares às vistas atualmente (Risse, 2002, p.337). Como afirma Krasner (1999, p. 223 *apud* Risse, 2002, p.337), os governantes “sempre operaram em um ambiente transnacional; a autarquia raramente foi uma opção, e a regulação e o monitoramento de fluxos transfronteiriços sempre foram problemáticos”.

Os escritos sobre o tema também contam com contribuições que remetem à Kant, que na “Paz Perpétua” (1795) conecta interdependência econômica e paz democrática, bem como sobre os direitos do indivíduo para além de seu Estado nacional, passando por Tocqueville, Lênin, dentre outros (Risse, 2002, p.338). No entanto, essas produções tinham um caráter bastante normativo e pouco analítico. Assim, quando a disciplina de RI se institucionaliza, vão se desenvolvendo entendimentos mais sofisticados sobre o fenômeno, sobretudo depois da Segunda Guerra. Como exemplo, podem-se citar as teorias (neo)funcionalistas, que argumentam que as interações transnacionais entre atores privados, sob determinadas

circunstâncias, contribuiriam para a integração e para a criação de estruturas de governança supranacionais (Mitrany; 1943; Haas, 1958 *apud* Risse, 2002, p.339), e a das “comunidades pluralistas de segurança”, de Karl Deutsch (1957), que defendia que o aumento dos fluxos transfronteiriços, de informação, capital e pessoas, promoveria um senso de comunidade e identificação coletiva entre os povos de Estados que, mesmo soberanos, compartilhariam valores e instituições comuns, ao ponto em que esperariam, uns dos outros, um comportamento pacífico (Risse, 2002, p.339).

O assunto só foi retomado e tratado diretamente sob esse nome no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, sobretudo direcionado a uma reflexão em torno do impacto (positivo e negativo) da expansão das multinacionais e de uma crítica do estadocentrismo da disciplina. Nesse contexto, Nye e Keohane (1971) organizaram um *special issue* sobre o tema, no qual definiram as relações transnacionais de maneira ampla, como os contatos, coalizões e interações que perpassam as fronteiras estatais, mas que não estão submetidos à política externa desses países. As contribuições em torno do assunto se intensificam a partir da década de 1980 e 1990, com a emergência das organizações não-governamentais internacionais (ONGIs), de novos temas e agendas, como meio ambiente e direitos humanos, assim como com o fim da Guerra Fria. Essas se diferenciam das primeiras produções em alguns sentidos, como o foco maior sobre o setor transnacional sem fins lucrativos; a reflexão sobre a *interação* entre estados e sociedade transnacional, ao invés de pensar a *substituição* dos primeiros pela última; e a valorização das ideias e das normas, para além da dimensão material (Risse, 2002, p.342).

Feito esse breve apanhado histórico, apresentaremos os conceitos e ferramentas analíticas que mobilizaremos para entender a atuação das RTOC. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que a literatura sobre o transnacional, principalmente a mais recente, como já vimos, têm um grande foco sobre redes de advocacy transnacionais (TANs¹), comunidades epistêmicas e movimentos sociais transnacionais que lutam por pautas relativas ao bem comum. No entanto, pouco se sabe sobre a atuação entre fronteiras daqueles que buscam negar, atrasar e bloquear essas agendas, por razões econômicas ou ideológicas, para perseguir seu interesse privado ou por uma concepção de bem público altamente excludente ou discriminatória em relação a minorias. Nesse sentido, utilizaremos parte do arcabouço teórico desenvolvido para tratar das TANs, só que aplicado aos atores que buscam contrapor avanços na agenda do clima, tendo em vista que esses mobilizam grande parte dos recursos e estratégias daquelas, como veremos durante o trabalho.

¹ *Transnational Advocacy Networks*, na sigla em inglês.

Reconhecendo a amplitude da definição de Nye e Keohane (1971), trabalharemos principalmente com a noção mais restrita de atores transnacionais (ATs), distinguidos por sua estrutura interna e por suas motivações. No primeiro caso, podem ser *organizações formais*, como multinacionais e think tanks internacionais, ou *redes*, definidas como “formas de organização caracterizadas por padrões voluntários, recíprocos e horizontais de comunicação” (Keck; Sikkink, 1998; p.8), que se conectam de maneira mais frouxa e que podem ser compostas apenas por indivíduos ou também incluir organizações formais, como as TANs ou as RTOC. No caso das motivações, diferenciamos entre aqueles ATs motivados por objetivos *instrumentais*, quando buscam promover o bem-estar de sua organização ou dos membros de seu grupo, e aqueles motivados pela busca daquilo que percebem como *bem comum* (Risse, 2002, p.336). É importante não pensar essas divisões como algo estanque, mas como um *continuum*, tendo em vista que a realidade é mais complexa e que há organizações e redes que não se incluem em nenhum desses extremos, como várias daqueles que compõem as RTOC. Como exemplo, enquanto há ONGs que lucram com ação humanitária, há organizações de obstrução climática, como a *Global Climate Coalition*, que não possuem fins lucrativos e que alegam promover o bem comum (Risse, 2002, p.337).

Definidos os tipos de ATs, cabe agora pensar quais estratégias comumente utilizam para alcançar seus objetivos. Esses atores criam estruturas de oportunidade política a partir dos novos espaços surgidos na globalização, buscando transformar tanto os sistemas políticos domésticos quanto os internacionais. Milani e Laniado (2007), analisando os movimentos transnacionais anti/alterglobalização, descrevem estratégias utilizadas por esses que podem ser aplicadas também às RTOC. Nesse sentido, os ATs podem criar e promover novos assuntos na agenda internacional e doméstica (*agenda-setting*), mobilizar novas *constituencies*, alterar entendimentos de interesses e identidades, contribuir para a criação, o fortalecimento e a implementação de normas, mas também resistir a autoridades e práticas dos Estados e instituições e aproveitar brechas institucionais. Para alcançar isso, algumas ações táticas são mobilizadas, como manifestações, petições, ações midiáticas, lobby, produção de relatórios, formação de redes de informação, dentre outras (Milani, 2008).

Os autores (Milani; Laniado, 2007) sinalizam que essas estratégias são “desterritorializadas”, não porque não ocupam um território, mas porque agem em um *continuum* que vai do local ao nacional, podendo mobilizar, ao mesmo tempo, ações locais, lutas nacionais e projetos globais. Também destacam que essas disputas não se dão apenas por fatores materiais, como a distribuição de poder e riqueza, mas também para promover mudança de percepções.

Keck e Sikkink (1998, p.24) descrevem táticas mobilizadas pelas redes de advocacy transnacionais que também são úteis para entender as ações dos atores que buscam contrapô-las. Sendo assim, as autoras argumentam que suas ações podem ser resumidas em termos de persuasão ou socialização, processos esses repletos de conflito, que envolvem não apenas o convencimento dos oponentes, mas o exercício de pressão sobre eles. Nesse sentido, a ausência de poder no sentido tradicional leva as TANs a combinarem algumas táticas principais, que podem ser mobilizadas simultaneamente em determinada campanha.

A primeira é uma política de informação, que envolve a coleta, análise e difusão de informação persuasiva e com credibilidade, utilizando-as para criar narrativas convincentes, capazes de gerar interesse e tornar determinados temas menos abstratos, e se valendo das novas tecnologias de comunicação para alcançar amplas audiências. A segunda é a política simbólica, que parte da identificação e criação de explicações convincentes para eventos simbólicos, explorando crises e situações dramáticas para gerar atenção e engajamento emocional sobre determinado tema e promover o crescimento da rede (Keck; Sikkink, 1998, p.29).

Já as políticas de influência partem da tentativa de aumentar a eficácia da ação política de grupos relativamente fracos por meio da pressão e da persuasão de atores e instituições poderosos. Para isso, se utilizam tanto de pressão material, que envolve a ligação de determinada questão a benefícios materiais, como dinheiro, bens, posições de prestígio, dentre outros, e da pressão moral, que se utiliza da “mobilização da vergonha”, com a exposição de comportamentos que contradizem compromissos declarados ou que vão de encontro a normas compartilhadas, para aumentar a atenção internacional sobre um ator desviante e forçar seu cumprimento das regras (Keck; Sikkink, 1998, pp.30-31). Além disso, há as políticas de *accountability*, que buscam fazer com que Estados e outros se comprometam publicamente com determinadas posições, usando essas declarações para expor esses atores caso suas ações as contradigam, prejudicando, nesses casos, sua legitimidade e confiança na esfera internacional. Por fim, em uma de suas contribuições mais influentes sobre as TANs, as autoras elaboram o conceito de “efeito bumerangue”, para descrever as situações nas quais o Estado viola ou não reconhece o direito de grupos domésticos e esses recorrem a aliados transnacionais para que exerçam pressão sobre seu Estado a partir do exterior (Keck; Sikkink, 1998, p.20).

Tendo exposto alguns de seus principais modos de atuação, vale refletir a respeito das maneiras pelas quais as redes transnacionais conseguem garantir sua coesão e convergência, apesar de seu caráter ‘frouxo’, de seus padrões de comunicação voluntários e horizontais e de

sua composição heterogênea. Alguns fatores que devem ser levados em consideração são: espaço, tempo, organizações, informação, visibilidade, liderança difusa, identidades, elementos simbólicos e solidariedade (Milani; Laniado, 2007). O espaço é importante ao reunir pessoas diversas em um mesmo local, facilitando o reconhecimento mútuo de compor um mesmo movimento, permitindo o debate de ideias e a troca de experiências, bem como a execução da ação política direta, enquanto a temporalidade tem duas dimensões: o longo prazo, para o qual convergem os objetivos dos movimentos; e o tempo presente, do contato entre os atores e da ação.

Já as organizações são centrais para viabilizar um movimento, produzindo legitimidade para a sociedade, organizando o repertório interno e externo, estabelecendo conexões, integrando redes, assim como gerando e difundindo conhecimento e valores. Enquanto isso, a informação, que se intensificou (em quantidade e em velocidade) com as novas tecnologias de comunicação, auxilia na convergência no nível intelectual, com a (des)construção de narrativas, a partir da quais os indivíduos pensam o mundo, e no nível prático, orientando a ação política e integrando atores de diferentes escalas. Em igual medida, a busca pela visibilidade, que se tornou fundamental na economia da atenção atual, serve para garantir que um movimento não seja ignorado pelos governos, instituições e pelo público, contribuindo para seu fortalecimento pelo destaque de suas ideias, slogans, ações e símbolos, bem como para atrair apoio material e moral daqueles preocupados com as mesmas questões (Milani; Laniado, 2007).

Quanto à liderança, essa se caracteriza pelo seu aspecto difuso e horizontal, em oposição à obediência e hierarquia dos movimentos da maior parte do século XX, tendo uma duração menor e uma influência menos ampla e mais segmentada sobre os participantes. Por outro lado, a afirmação de múltiplas identidades, expressas nas diferenças de gênero, etnia, religião e posição social, pelos movimentos sociais transnacionais e sua incorporação à ação política tem funcionado como importante elemento de agregação. A identidade proporciona senso de pertencimento à ação individual, conectando-a ao coletivo por meio de elementos simbólicos, da luta contra um inimigo comum e da construção de relações, mesmo que repletas de distâncias (geográficas, culturais, econômicas), por meio do compartilhamento de significados (Milani; Laniado, 2007).

De modo semelhante, os elementos simbólicos, que se materializam por meios variados, como nos sinais (linguísticos ou outros), nas atitudes e na produção (material ou não), são a própria linguagem em que se expressam os movimentos sociais, abrangendo as representações e os significados recebidos e construídos socialmente sobre o mundo e conectando ideias e

sentimentos. Por fim, os autores argumentam que as solidariedades estão no centro da convergência dos movimentos sociais transnacionais, tornando-os, ao mesmo tempo, fluidos, mas permitindo sua existência concreta. Essas solidariedades se desenvolvem a partir de trocas voluntárias, mas não simétricas, entre os atores, movidas pela semelhança de objetivos e identidades, assim como pela confiança. Além disso, os atores precisam acreditar na possibilidade de que, pelo movimento, sejam capazes de impactar o mundo (Milani; Laniado, 2007).

Contudo, mesmo com uma boa coesão e estratégias bem definidas, não há garantias de que as redes e organizações transnacionais serão capazes de influenciar as políticas domésticas e internacionais que desejam. Dessa maneira, é importante destacar tanto os modos pelos quais o sistema internacional impacta os ATs como também sobre quais condições esses incidem sobre seus objetos. Quanto ao primeiro caso, a crítica parte sobretudo de teóricos realistas (Gilpin, 1971 *apud* Risse, 2002, p.340) e neogramscianos (Cox, 1987 *apud* Risse, 2002, p.340), que argumentam que as relações transnacionais, ao invés de indicarem a substituição do sistema interestatal por uma espécie de ‘sociedade global’, na verdade só se desenvolveram a partir do estímulo dos estados mais poderosos, refletindo seus interesses. No caso, a intensificação dessas relações coincide com o período de dominância dos EUA no pós-Segunda Guerra, explicada pelo poder do Estado americano, pela hegemonia do modo de produção capitalista e pelo *status* consensual das ideias (neo)liberais ocidentais (Cox, 1987 *apud* Risse, 2002).

Essa relação de poder fica evidente até mesmo no setor sem fins lucrativos, como as ONGIs, que são predominantemente oriundas de países ricos e que dependem muito mais dos recursos estatais do que admitem para financiar suas atividades, sobretudo em setores que exigem grande financiamento, como ajuda humanitária e questões ligadas ao desenvolvimento (Risse, 2002, p.344). Desse modo, as ONGIs do Norte geopolítico conseguem ter uma atuação transnacional muito mais ampla, disseminando ideias próprias do Ocidente revestidas de linguagem universalista. Portanto, não é possível generalizar que os ATs agem necessariamente em oposição aos Estados, mas muitas vezes atuam em conformidade com esses.

Quanto ao impacto exercido pelos ATs, Risse (2002, p.347) adota uma abordagem mais centrada nos tipos de atores, dividindo-os a partir de suas motivações, entre aqueles com fins lucrativos, como multinacionais, e aqueles que buscam o bem comum, como ONGIs. No primeiro caso, o debate que vem se desenvolvendo desde a década de 1990 é diferente daquele dos anos 1970, no qual realistas, liberais e neo-marxistas discutiam principalmente o

impacto das multinacionais sobre o desenvolvimento. De modo geral, enquanto os realistas defendiam que a influência dessas corporações era irrelevante, tendo em vista que os Estados continuavam tendo o controle das políticas de desenvolvimento (Gilpin, 1971 *apud* Risse, 2002. p.340), os liberais argumentavam que seu efeito era positivo, ao promover a abertura das economias, o livre comércio e o intercâmbio de capitais e conhecimento técnico para o ‘terceiro mundo’. Já os teóricos da dependência afirmavam que essas empresas estavam dentre as principais responsáveis pela manutenção do subdesenvolvimento da periferia, mantendo padrões desiguais de troca no comércio internacional, mas minoravam o papel das elites nacionais.

No entanto, a partir dos anos 1990, as discussões focaram em como a globalização econômica e financeira, da qual a proliferação de multinacionais é uma das maiores expressões, afeta a capacidade de países, sobretudo desenvolvidos, de conduzir políticas de maneira autônoma, ou seja, sobre sua soberania. Nesse sentido, autores da economia política internacional, como Strange (1996) desenvolveram a “hipótese da convergência”, que sustenta que a globalização reduziu a autonomia dos Estados no geral, devido à grande mobilidade do capital (financeiro e produtivo), que pode se deslocar para onde quer que haja maiores promessas de lucro, afetando, com isso, a arrecadação de impostos, empregos, dentre outros. Com isso, as políticas econômicas dos governos ao redor do mundo convergem cada vez mais para a (neo)liberalização, com o enfraquecimento de governos com políticas monetárias e fiscais expansionistas que visam ao social.

Em outra perspectiva, os teóricos neogramscianos (Cox, 1987 *apud* Risse, 2002) entendem a globalização como a emergência de um bloco histórico transnacional, que estabelece a hegemonia do capital transnacional móvel e da burguesia. Há, então, uma convergência de modos de produção transnacionais, do lado material, junto à primazia do neoliberalismo, na dimensão ideológica, que visa a conformar a gestão das economias nacionais com base na redução do Estado e na abertura das economias à ação livre do capital.

Já os impactos dos atores ‘sem fins lucrativos’ dependem das condições internacionais e domésticas, variando de acordo com o alvo. Na esfera internacional, os realistas argumentam que os ATs só conseguem exercer alguma influência no caso de conseguirem moldar as preferências dos Estados mais poderosos, aqueles que verdadeiramente detém o poder no sistema internacional. No entanto, as potências só são ‘persuadidas’ quando as normas, regras ou princípios promovidos pelos ATs estão de acordo com seus interesses estratégicos, econômicos ou de segurança, sendo, portanto, um impacto residual (Gilpin, 1971 *apud* Risse, 2002. p.342).

No entanto, essa não é a única maneira pela qual os ATs podem fazer a diferença. Esses podem também impactar as negociações multilaterais, a partir de duas outras maneiras principais. A primeira seria por meio da coalizão com organizações internacionais para pressionar estados de cima para baixo, como no efeito bumerangue (Keck; Sikkink, 1998, p.20), enquanto a outra seria a construção de alianças com estados mais fracos, oferecendo-lhes poder informacional.

Contudo, mesmo no caso de serem bem sucedidos na constituição de um regime internacional, suas regras, normas e princípios precisam ser internalizados nos Estados para que surtam algum efeito, em um processo que não é de modo algum automático, mas que está repleto de resistências (dentre elas, inclusive, dos atores domésticos da obstrução climática) (Risse, 2002, p.353). Nesse sentido, embora pesquisas indiquem que os ATs continuam a exercer um papel protagônico nesse processo, é preciso entender as condições domésticas que moldam sua influência nesse nível.

A primeira das condições a que devemos nos atentar são estruturas políticas nacionais, que atuam como mediadoras entre os esforços dos ATs e seu impacto sobre as políticas públicas. Para atingi-lo, então, esses atores precisam obter o acesso ao sistema político do Estado e compôr e/ou contribuir para coalizões políticas vencedoras. Entretanto, o foco sobre esses arranjos institucionais não é suficiente para explicar a diferença de impacto de diferentes atores, sendo preciso considerar também fatores ideológicos. Nessa perspectiva, a hipótese da “ressonância” defende que quanto maior o alinhamento entre as ideias promovidas pelos ATs e com os valores e crenças preexistentes daqueles a serem influenciados, maior o impacto daqueles, mas é preciso que haja um certo “desajuste” entre essas perspectivas, para que seja possível mensurar o impacto dos primeiros sobre os últimos (Risse, 2002, pp.353-354).

Portanto, após a exposição de nossos pressupostos teóricos, é possível compreender a partir de quais perspectivas analisamos a atuação das redes transnacionais de obstrução climática. Metodologicamente, temos como hipótese que essas redes exerceram influência sobre o cenário da obstrução nacional durante o governo Bolsonaro, sobretudo em articulação com atores da extrema-direita e do agronegócio, mas que não possuem uma atuação tão estruturada no país quanto no Norte geopolítico. Nesse sentido, durante o governo Bolsonaro, há indícios de uma intensificação do contato entre os atores nacionais e o CMC transnacional, em conformidade com a literatura sobre o tema, que aponta para uma relação positiva entre extrema-direita e obstrução climática. No entanto, o caso brasileiro tem como particularidade o fato de que os principais agentes obstrucionistas não são ligados ao setor energético fóssil, mas ao agronegócio, tendo em vista a economia política do país.

Dentre as fontes utilizadas constam a literatura brasileira e dos países com mais produções sobre o tema, como EUA, Reino Unido e Suécia, sobre a obstrução climática no Brasil e no Norte geopolítico. Além disso, são utilizados relatórios da sociedade civil, notícias e reportagens da imprensa.

3 O CONTRAMOVIMENTO CLIMÁTICO: ORIGEM E EXPANSÃO TRANSNACIONAL

Neste capítulo, serão descritos o surgimento, os atores e as estratégias do CMC nos EUA, assim como os modos pelos quais esse se expandiu transnacionalmente, utilizando o Reino Unido como estudo de caso. Dessa maneira, será possível visualizar alguns dos principais responsáveis, em nível transnacional e naqueles países que são alguns dos maiores emissores históricos de GEE, pela inadequação das ações (sobretudo) de mitigação climática, bem como sua dinâmica de operação. E é a partir dessa compreensão que será possível estabelecer comparações com o caso brasileiro na próxima seção.

3.1. O SURGIMENTO DO CONTRAMOVIMENTO CLIMÁTICO NOS ESTADOS UNIDOS

3.1.1 ANTECEDENTES (1950-1980)

Em primeiro lugar, há que se explicar os motivos de abordar o caso americano com maior profundidade. Os Estados Unidos são a maior economia do planeta e um dos países historicamente mais responsáveis pela emissão de GEE, sendo um dos maiores produtores e o maior consumidor de combustíveis fósseis do mundo (Brulle; Aronczyk, 2019). Além disso, como será detalhado nesta seção, é nos EUA que não só a questão climática primeiro emerge como um grande tema de atenção política, mas que se formam coalizões e grupos para ativamente atrasar e impedir ações contundentes para endereçá-lo. Nesse sentido, a abordagem aqui utilizada para entender esse cenário será fundamentada em leituras que enfatizam não as questões individuais e psicológicas que impedem o pleno reconhecimento do problema, mas sim a dimensão material da economia política como fator principal na formatação da obstrução climática.

A ciência climática havia obtido importantes avanços na determinação de uma correlação entre o aumento da temperatura média do planeta com o crescimento das emissões derivadas da queima de combustíveis fósseis já na década de 1950, embora ainda houvesse importantes incertezas, como se as consequências de um planeta mais quente seriam benéficas ou não (Ekberg *et al.*, 2022). Em 1959, o físico Edward Teller alertou os líderes da indústria fóssil sobre os perigos do aumento da temperatura causados pelo acúmulo de dióxido de carbono (Franta, 2018). Um ano depois, Charles Keeling publicou um influente artigo com a curva que levaria seu nome, mostrando que o aumento da temperatura no Polo Sul estava ocorrendo a uma taxa esperada pelo padrão global de queima de combustíveis fósseis. Já em 1965, quando o comitê científico de aconselhamento ao presidente Lyndon Johnson (1963-1969) lançou luz sobre o assunto, o setor fóssil logo reagiu, como mostram registros do American Petroleum Institute (API), nos quais o presidente da organização à época, Frank Ikard, reconheceu o potencial de desestabilização do clima caso o uso contínuo de combustíveis fósseis se mantivesse (Franta, 2018).

A partir disso, as empresas do setor intensificaram seus investimentos na pesquisa sobre os potenciais destrutivos de seus produtos (Ekberg *et al.*, 2022), seja por meio do financiamento a pesquisas universitárias, seja pela criação e fortalecimento de departamentos internos de pesquisa, que chegaram a ter, na década de 1970, um dos níveis mais avançados do mundo na climatologia. Graças aos novos modelos computacionais, aumentava a possibilidade de projeção de cenários futuros de um mundo mais quente, o que permitia a essas empresas não só antecipar as consequências naturais e sociais negativas da continuidade do uso de seus produtos, como também planejar novos cenários de exploração desses combustíveis, por exemplo, com o derretimento do Permafrost, a camada congelada do subsolo terrestre localizada sobretudo no Ártico (Ekberg *et al.*, 2022).

No entanto, ao invés de agir sobre esse conhecimento para tentar reverter os cenários projetados de alterações climáticas, essas empresas resolveram agir para ocultar os achados da ciência, promover seus produtos, negar seus efeitos negativos e obstruir ações de regulação (Oreskes; Conway, 2011). Já nos anos 1970, essas contrataram firmas de relações públicas para criar no público uma relação emocionalmente positiva com seu produto, desenvolvendo argumentos que até hoje são mobilizados por obstrucionistas do clima. Como exemplo, ressaltava-se o papel dos combustíveis fósseis na geração de emprego e de prosperidade material e até nos aspectos benéficos de um planeta mais quente, como a possibilidade de crescimento das zonas agricultáveis do planeta, posição comum dos chamados *carbon*

vitalists, que exaltam o caráter ‘produtor da vida’ do aumento da concentração atmosférica de dióxido de carbono (Ekberg *et. al*, 2022).

No entanto, nesse momento, mesmo entre os movimentos ambientalistas, que ainda estavam se consolidando como força social entre os anos 1960 e 1970, o tema das mudanças climáticas ainda não estava no centro das atenções, sendo esse ocupado por questões como o aumento da poluição atmosférica e o impacto negativo dos pesticidas como o Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT). Nessas questões, uma série de estratégias desenvolvidas pela indústria do tabaco para evitar regulações, em resposta aos estudos que emergiram na década de 1950 sobre a relação direta entre tabagismo e câncer, foram replicadas para outros setores econômicos e influenciaram fortemente o futuro *modus operandi* dos esforços de obstrução climática (Brulle; Aronczyk, 2019).

Uma característica de um contramovimento é que ele emerge em função de um movimento social, buscando contrapô-lo em suas ações e narrativas. Sendo assim, as táticas e estratégias dispostas acima ainda não estavam sendo utilizadas por um CMC, pois o próprio movimento climático ainda não existia como tal. Essa situação se transforma a partir do final da década de 1980. Dessa forma, para melhor entender a ascensão da obstrução organizada às mudanças climáticas e seu sucesso, é preciso entender alguns eventos anteriores da sociedade americana que prepararam o terreno para tal (Brulle; Aronczyk, 2019).

A partir dos anos 1950, mas sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, a ciência começou a revelar diversos tipos de consequências negativas da modernidade industrial capitalista, como as descobertas dos males do DDT, utilizado para o aumento da eficiência agrícola mediante o controle de pragas, dos "buracos" na camada de ozônio pela emissão de Clorofluorocarboneto (CFC), das chuvas ácidas causadas pela emissão de dióxido de enxofre e de óxidos de azoto, da poluição atmosférica e, claro, das mudanças climáticas. Esses achados, no entanto, implicavam uma crítica às externalidades negativas causadas pelas atividades econômicas desenfreadas e, conseqüentemente, a necessidade de ações políticas que visassem sua regulação, o que produziu avanços como a criação da *Environmental Protection Agency* (EPA), o *Clean Air Act*, ambos em 1970 (Oreskes; Conway, 2011).

No entanto, no cenário político da Guerra Fria, no qual os modelos capitalista e comunista representados pelos EUA e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), respectivamente, estavam em disputa, a imposição estatal de limites à liberdade econômica não era bem aceita por parte de uma ampla parcela de políticos e da população estadunidense. Foi assim que, na década de 1980, o pêndulo político começou a mudar em direção ao conservadorismo, representado pela eleição de Ronald Reagan à presidência

(1981-1989) e pelo surgimento de contramovimentos ambientais, como o *Wise Use Movement* (Dunlap; McCright, 2011).

Reagan prometeu retirar o fardo regulatório sobre o setor privado como forma de estímulo ao crescimento econômico, o que incluía uma série de medidas de enfraquecimento à legislação ambiental. Essas, no entanto, dado o fortalecimento do movimento ambientalista nas décadas anteriores, geraram uma grande reação, o que forçou o governo a moderar sua retórica antiambientalista, mudando de estratégia. Dessa forma, os conservadores entenderam que, ao invés de questionar os *objetivos* da proteção ambiental, seria mais eficiente duvidar das *evidências* de que a degradação estava de fato ocorrendo, provocando dúvidas no público (Dunlap; McCright, 2011).

Já o *Wise Use Movement* surge no final dos anos 1980 a partir de uma reorganização de um movimento anterior dos anos 1970, o *Sagebrush Rebellion*, que tinha como pauta a oposição a leis ambientais que restringiam o uso de terras federais e de determinados tipos de propriedade privada, que interferiam nas atividades, por exemplo, de agropecuária e de mineração (Brulle; Aronczyk, 2019). Com a eleição de Reagan, representantes do *Sagebrush* chegam ao poder, em demonstração do caráter anti ambiental e antiregulatório da nova administração. Ideologicamente, esses movimentos seguiam as ideias de Milton Friedman de que os mecanismos de mercado seriam os mais adequados para lidar com problemas ambientais. O movimento passou a abarcar mais de 200 grupos em 1988; expandindo-se para mais de 1500 ao redor dos EUA em 1995, tornando-se uma poderosa força de lobby e, posteriormente, parte importante do CMC, com laços com o *Tea Party* e com organizações financiadas pelos irmãos Koch (Brulle; Aronczyk, 2019). Além disso, serviu como espécie de "incubadora" de ativistas e organizações de oposição à ação climática, que passaram a integrar uma miríade de institutos conservadores obstructionistas do clima (Brulle; Aronczyk, 2019).

Quanto à difusão da mentalidade neoliberal, essencial na ideologia da obstrução climática, vale mencionar que essa se deu a partir da consolidação de um movimento social conservador bem financiado e coordenado desde os anos 1950, tendo como ponto de partida a fundação da Sociedade Mont Pèlerin na Suíça em 1947 pelo economista austríaco Friedrich von Hayek (Brulle; Aronczyk, 2019). Esse grupo tinha como objetivo a promoção de uma filosofia neoliberal em defesa da desregulamentação do mercado e da redução da intervenção estatal na vida pública e privada, ganhando maior projeção a partir da adoção dessa corrente pelo prestigioso departamento de economia da Universidade de Chicago e pelo apoio material e simbólico dado pelo surgimento de uma rede de think tanks e fundações conservadoras mais adiante.

Nesse sentido, começou a haver uma reação organizada para proteger a indústria, o padrão de vida e a dominância ocidental baseada no controle e no consumo de combustíveis fósseis, contra as restrições relacionadas à proteção ambiental, de modo mais amplo, e contra a criação de uma governança climática de acordo com o conhecimento científico (Ekberg *et al.*, 2022).

O ponto de virada para essa "proliferação do contramovimento climático" foi o ano de 1988 (Mckie, 2023). Nele, uma confluência de fatores trouxe a atenção política, social e midiática em torno das mudanças climáticas, devido à ocorrência de diversos eventos climáticos extremos ao redor do mundo, dos EUA ao Brasil, da Rússia até a Índia. A partir disso, um deputado do congresso americano convocou uma audiência sobre o tema, na qual depôs o à época cientista-chefe do Instituto Goddard para Estudos Espaciais, vinculado à *National Aeronautics and Space Administration* (NASA), James Hansen. Em sua fala, o pesquisador declarou de maneira explícita que as emissões de GEE decorrentes das atividades humanas já estavam exercendo efeito sobre o aumento da temperatura planetária e de que ações para mitigá-las deveriam ser postas em prática o quanto antes.

Tamanho foram os impactos dos acontecimentos climáticos e dessa fala que, no mesmo ano, foi criado o IPCC, que reúne cientistas e representantes dos Estados com o objetivo de oferecer amplas revisões sobre o estado da arte da ciência climática global para, a partir disso, recomendar ações. Além disso, a pauta climática chegou até a campanha presidencial estadunidense, na qual o candidato George H. W. Bush chegou a prometer combater o efeito estufa com o "efeito Casa Branca" (*White House effect*) (Armitage, 2005).

3.1.2 A ESTRUTURA DO CONTRAMOVIMENTO CLIMÁTICO ESTADUNIDENSE: ATORES E ESTRATÉGIAS

Contudo, ao mesmo tempo em que as mudanças climáticas se fortaleciam na agenda política, grupos econômicos que seriam potencialmente os mais afetados por políticas de mitigação de GEE começaram a se organizar em resposta. Nesse sentido, a presente subseção irá detalhar os atores envolvidos na estruturação do CMC nos Estados Unidos, que depois teria seu modelo "exportado" para outros países do Norte geopolítico (Mckie, 2023), bem como as estratégias e narrativas mobilizadas, as conexões que estabeleceram entre si e seus objetivos.

Dentre os principais atores mencionados na literatura como agentes organizados da obstrução nos EUA constam empresas ligadas aos combustíveis fósseis (seja na produção, seja pela intensidade do consumo), think tanks conservadores, coalizões empresariais, grupos de fachada², fundações filantrópicas conservadoras, cientistas negacionistas e pseudoespecialistas, organizações e movimentos de *astroturfing*³, políticos do partido Republicano e a mídia conservadora (tradicional e digital) (Dunlap; McCright, 2011).

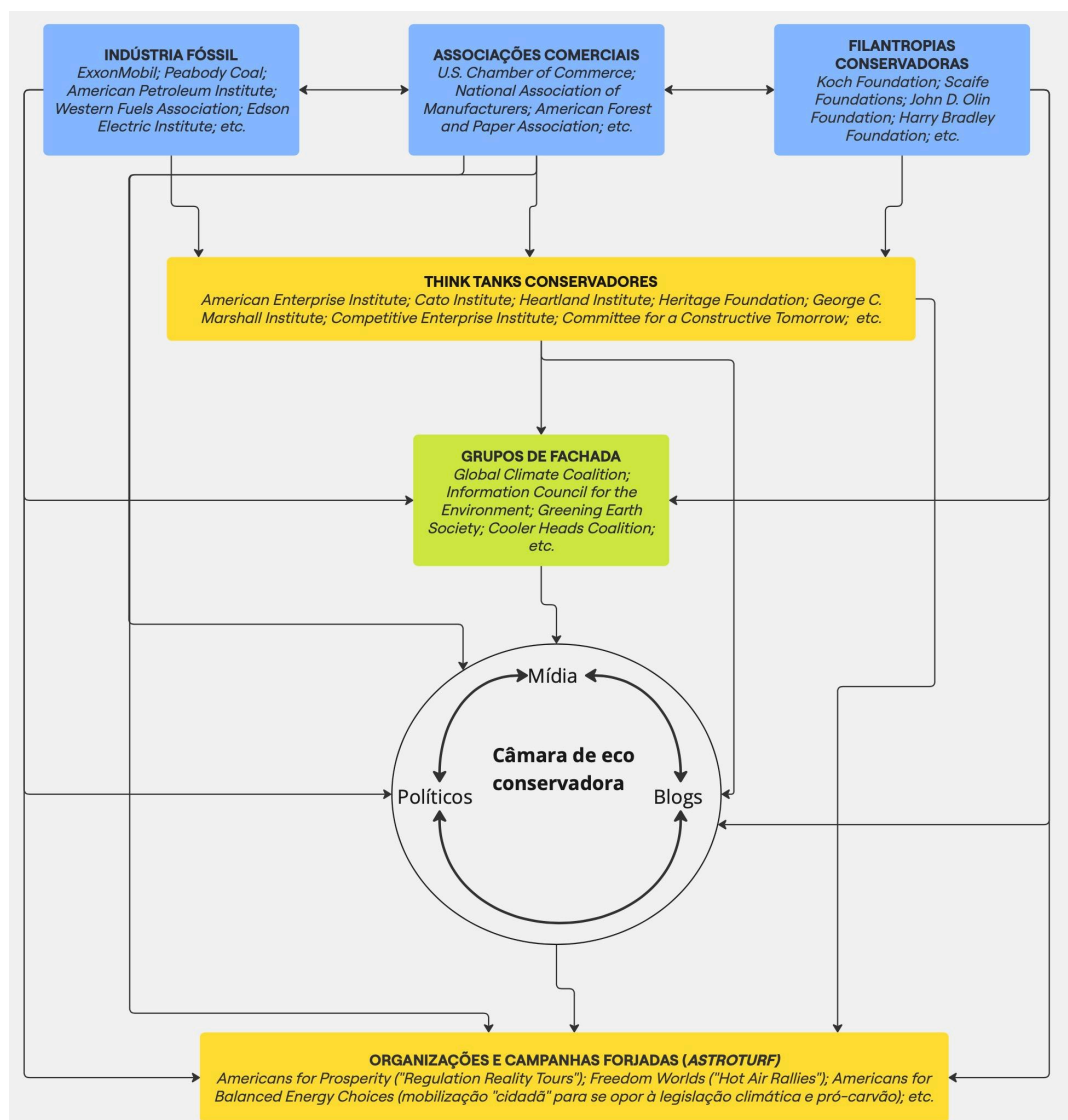
Os elos centrais de toda essa cadeia são as indústrias relacionadas aos combustíveis fósseis e as filantropias conservadoras (geralmente pertencentes a famílias que têm suas fortunas intimamente conectadas ao setor fóssil), que detêm a maior parte do dinheiro que financia o CMC e que são os principais interessados na obstrução climática, devido aos impactos negativos que uma agenda climática robusta produziria em seus modelos de negócios, bem como por fatores ideológicos (Dunlap; McCright, 2011).

Assim, entendendo, de acordo com Brulle e Aronczyk (2019, p.224), a obstrução climática como um esforço institucionalizado de larga escala, envolvendo múltiplas temporalidades e instituições políticas e culturais, esses atores delinearam estratégias de longo, médio e curto prazo, cada qual com suas táticas, para manter pelo maior tempo possível o modelo do capitalismo fóssil. Elas foram melhor explicitadas em 1996 por Richard H. Fink, presidente à época da *Charles Koch Foundation* que, bastante influenciado por Hayek, apresentou um modelo que chamou de “Estrutura da Mudança Social”, no qual os objetivos seriam a construção de uma infraestrutura intelectual e ideológica no longo prazo, influenciar a elaboração e a proposição de políticas no médio prazo e, por fim, facilitar a ação política no curto prazo (Brulle; Aronczyk, 2019, p.225).

Figura 1: Principais atores do CMC nos EUA e suas conexões

² Grupos de fachada (do original em inglês, *front groups*) são formados, sobretudo, a partir do grande financiamento de empresas, com o objetivo de realizar lobby e convencer o público da necessidade de bloquear ou atrasar a agenda climática. Desse modo, esses grupos promovem os interesses corporativos, sem que seus financiadores tenham que comprometer sua imagem publicamente.

³ Organizações e movimentos de *astroturfing* também são criados por terceiros, como empresas ou mesmo grupos de fachada, para simular manifestações populares orgânicas em oposição às políticas climáticas, ao mesmo tempo em que ocultam seus patrocinadores. São geralmente estabelecidos com o auxílio de companhias de relações públicas e se diferenciam dos grupos de fachada por sua curta duração, já que são voltados para pautas específicas.



Fonte: elaboração própria. Adaptado de: Dunlap; McCright, 2011, p.147.

Portanto, para construir uma base ideológica de acordo com seus interesses, esses grupos realizaram investimentos em programas e cadeiras acadêmicas em universidades, assim como a concessão de bolsas para seus estudantes, como no caso das escolas de economia e direito da Universidade de Chicago, de viés marcadamente neoliberal. Também financiaram cientistas, periódicos e pesquisas que publicassem resultados favoráveis às indústrias, nas áreas mais variadas do conhecimento, da economia à climatologia, mesmo que sem seguir a liturgia científica em muitos aspectos, como a publicação em revistas com revisão por pares e a citação de referências consolidadas em determinado assunto. A prática de *cherry-picking*, na qual os dados de pesquisas de qualidade são selecionados e interpretados de maneira seletiva (ou mesmo distorcidos) para que confirmem determinado

ponto de interesse, foi igualmente mobilizada. Além disso, o patrocínio de eventos e atividades culturais também serve para fortalecer a legitimidade das empresas frente ao público (Brulle; Aronczyk, 2019, p.225).

Quanto aos cientistas que participam desse esforço de obstrução, suas ações são amplamente descritas na literatura, mas especialmente no livro “Os Mercadores da Dúvida” (Oreskes; Conway, 2011). Esses compõem um pequeno grupo, com destaque para Frederick Seitz, Robert Jastrow, Fred Singer e William Nierenberg, que possui credenciais e conexões políticas importantes, obtidas sobretudo durante a Guerra Fria, no esforço da guerra científica contra a URSS. Com o fim do rival e a derrocada do comunismo, esse grupo passou a buscar uma nova ameaça para se contrapor, encontrando-a nos movimentos ecológicos e, mais especificamente, naqueles que advogavam pela agenda climática. Isso porque perceberam que essa pauta implicaria o remodelamento do modo de vida estadunidense, pautado em padrões intensivos de produção e consumo, e no aumento das regulações governamentais sobre a vida privada e as atividades econômicas, o que vai de encontro ao pensamento conservador (Oreskes; Conway, 2011).

Dessa maneira, esses cientistas, alguns dos quais já haviam pertencido ou mesmo fundado think tanks conservadores e mesmo participado junto aos esforços das companhias de tabaco para negar ou questionar a relação entre o fumo e câncer, mobilizaram táticas aprendidas nessas campanhas para negar, atrasar e bloquear a ação climática. Dentre essas, destacam-se os ataques frontais à ciência, aos cientistas e às instituições climáticas de referência, como o IPCC, fazendo-o com frequência em conjunto com os TTC, utilizando uma variedade de mídias, se comunicando diretamente com os tomadores de decisão e participando de audiências no Congresso (Oreskes; Conway, 2011, p.7).

No entanto, embora as universidades e os cientistas cooptados pela indústria funcionem como importantes lastros da veracidade dos argumentos mobilizados por essa, seus conceitos e a linguagem acadêmica não são acessíveis para a maior parte do público e dos tomadores de decisão. Sendo assim, é necessário traduzir e promover essas ideias a esses atores, bem como transformá-las em propostas concretas de política. É nesse campo que atuam os think tanks conservadores e as empresas de lobby e de relações públicas, também financiados pela indústria fóssil e pelas filantropias familiares (Brulle; Aronczyk, 2019).

Por TTCs, entendemos organizações sem fins lucrativos, com foco na pesquisa de políticas públicas e na prática de *advocacy*, que promovem ideias centrais ao pensamento conservador, como a defesa intransigente dos direitos individuais, com destaque para os direitos de propriedade, e a defesa de um Estado mínimo (Schumaker *et al.*, 1997 *apud*

Jacques, Dunlap; Freeman, 2008, p.355). Ou seja, sua atuação não pode ser explicada por motivos apenas econômicos, mas é fortemente pautada por valores ideológicos.

Essas instituições floresceram sobretudo a partir dos anos 1970, financiados pelos lucros exorbitantes obtidos pelas empresas de combustíveis fósseis durante a década, em virtude dos choques do petróleo (Ekberg *et al.*, 2022), como parte da já mencionada reação das grandes corporações e dos conservadores aos avanços dos movimentos sociais e das regulações federais ocorridos nesses anos, com o objetivo de influenciar a opinião pública e as agendas das elites políticas (Jacques, Dunlap; Freeman, 2008, p.355).

Os TTCs atuantes no CMC possuem perfis variados, que vão daqueles de grande porte que abordam diversos assuntos, como a *Heritage Foundation* (1973) e o *American Enterprise Institute* (1938), aos de médio porte com interesse especial pela pauta climática, como o *George C. Marshall Institute* (1984) e o *Heartland Institute* (1984), até os pequenos dedicados quase exclusivamente à obstrução climática, como o *Science and Environmental Policy Project* (1990) e o *Science and Public Policy Institute* (2007) (Dunlap; McCright, 2011).

Dentre suas ações, constam a produção de uma enorme quantidade de publicações, em diversos meios, como livros, periódicos “acadêmicos”, revistas, *policy papers* e editoriais, negando ou pondo em dúvida as mudanças climáticas antropogênicas. Essencial para seu sucesso foi terem construído com êxito uma imagem de objetividade e imparcialidade perante ao público e à mídia, como uma espécie de “academia alternativa” (Jacques; Dunlap; Freeman, 2008, p.356). Isso permitiu com que seus membros fossem tratados pela imprensa como especialistas independentes, contribuindo para a legitimidade de suas posições, no fundo marcadas por interesses econômicos, e para confundir o público, ao criar uma disputa inexistente de versões no debate científico. Como exemplo dessa atuação, vale citar o estudo de Jacques, Dunlap e Freeman (2008 *apud* Brulle, 2019, p.221), que revelou que, dos 142 livros analisados publicados em inglês entre 1972 e 2005 que negavam as mudanças climáticas antropogênicas, 92% foram produzidos por essas organizações.

Além disso, os TTCs desenvolvem várias outras atividades centrais para o esforço da obstrução climática, ao contratar e convidar negacionistas públicos para compor seus quadros, colaborar com escritos ou dar palestras; ao contribuir para a elaboração de políticas públicas de atraso ou bloqueio da agenda climática (em colaboração ou não com o governo); na organização de campanhas de fachada contra a ciência e as políticas climáticas; na prática de lobby; na difusão de mensagens negacionistas nas diversas mídias, dentre outros. Com isso, essas organizações operam como uma espécie de proteção aos seus financiadores, que

conseguem avançar seus interesses sem se comprometer publicamente (Dunlap; McCright, 2011).

Apesar de toda essa gama de atuação, os think tanks não são muito capazes de implementar as políticas que promovem e que ajudaram a elaborar ou a articular (Brulle; Aronczyk 2019, p.225). Assim, o terceiro componente da estratégia se concentra em resultados políticos de curto prazo, como eleições ou propostas legislativas sobre questões pendentes, sendo realizados diversos esforços para influenciar a opinião pública e dos tomadores de decisão em relação à agenda climática (Brulle; Aronczyk 2019).

Uma das maneiras mais utilizadas para isso é o uso de campanhas publicitárias que promovam percepções positivas das empresas de combustíveis fósseis e que destaquem aspectos negativos do avanço da agenda climática para a população. Dentre as práticas retóricas dessas campanhas constavam, num primeiro momento, a ênfase na incerteza científica, buscando propagar na mídia uma abordagem “balanceada” que levasse em conta os “dois lados” da discussão. Ao mesmo tempo, essas enfatizavam o compromisso ambiental das empresas, lançando luz sobre suas ações em relação a outros problemas, como no combate ao desmatamento, ao CFC, dentre outros, mesmo que essas não fizessem nada para reduzir suas emissões, prática essa conhecida como *greenwashing* (Brulle; Aronczyk 2019).

Outra tática importante, que foi se tornando mais comum à medida que o negacionismo climático foi ficando cada vez mais oneroso em termos de imagem, é a ênfase nos custos sociais e econômicos das políticas climáticas, como aumento do custo de vida e a perda de empregos (Ekberg *et al.*, 2022, p.46). Esse “plano” foi também bem definido, como constam em vários memorandos internos da Exxon, que declaram também que a “vitória seria alcançada” quando os cidadãos e a mídia reconhecessem a ciência climática como repleta de incertezas e quando se tornasse prática dessa última a cobertura das visões que desafiassem o consenso científico, de maneira a oferecer um balanceamento de informações (Ekberg *et al.*, 2022, p.46).

Essas ações foram fundamentais para que as empresas fósseis assumissem o controle da narrativa em uma questão com enorme potencial danoso para sua imagem, fazendo com que se vendessem como líderes da transição energética e como essenciais, tendo em vista sua responsabilidade, para a construção de um mundo sustentável. Isso ajudou essas companhias a substituir a regulação estatal por códigos voluntários de conduta, permitindo a continuidade de seu modelo de negócios sem qualquer alteração substancial, ao mesmo tempo em que, no discurso, continuaram propagando anúncios sobre “capitalismo verde” ou “desenvolvimento sustentável” (Ekberg *et al.*, 2022, p.34).

Outra abordagem extremamente importante para compreender o impacto do CMC tem sido a criação de grupos de fachada (*front groups*) e de organizações e campanhas forjadas (*astroturfing movements and campaigns*) para projetar posicionamentos do público alinhados com seus interesses. Quanto aos primeiros, funcionam principalmente como forma de empresas poluentes e de filantropias ligadas a elas ocultarem suas atividades anti-ambientais (Dunlap; McCright, 2011), realizando campanhas públicas de ataque à ciência, aos cientistas e às instituições climáticas, de peças publicitárias anti-clima ou pró-indústria em seu nome, a prática do lobby, dentre outros. O alcance da mensagem é amplificado por meio do uso de canais de comunicação diversos, que vão de revistas acadêmicas a aparições midiáticas (Brulle; Aronczyk, 2019).

Um dos grupos de fachada mais influentes foi o *Global Climate Coalition* (1989-2001), financiado e composto pela indústria fóssil (ex: Exxon; Texaco; British Petroleum (BP), automobilística (ex: Chrysler; Ford) e por associações industriais (ex: *American Petroleum Institute*; Câmara de Comércio dos EUA; *National Association of Manufacturers*) (Dunlap; McCright, 2011). O grupo foi criado em resposta ao IPCC, apenas um ano após a fundação desse, e tinha como principais práticas o monitoramento e contestação da ciência climática, a contratação e utilização de estudos econômicos para sustentar e legitimar seus argumentos contra políticas climáticas (Franta, 2021); a mudança das percepções culturais das mudanças climáticas por meio de campanhas de relações públicas; e o lobby agressivo sobre os tomadores de decisão (Brulle; Aronczyk, 2019).

Além disso, o grupo foi extremamente ativo e influente na oposição à ratificação do Protocolo de Kyoto pelos Estados Unidos, o que será detalhado na próxima seção, mas se extinguiu em 2001, devido à consolidação crescente do entendimento científico sobre as mudanças climáticas e ao aumento das críticas públicas, o que levou importantes empresas, como a Shell, a BP e a Ford a se retirarem e anunciarem publicamente sua crença na emergência climática e em sua responsabilidade sobre ela. Vale ressaltar, no entanto, que isso não levou essas empresas a mudarem seu modelo de negócios e que vários de seus membros formaram outros grupos e continuam atuando para obstruir a agenda climática (Mckie, 2023).

Já as organizações e campanhas forjadas têm como característica principal o fato de que são produzidos e (altamente) financiados por think tanks, grupos de fachada e/ou pela indústria para defesa de seus interesses, mas que simulam uma origem orgânica entre o público, como movimentos de base (Dunlap; McCright, 2011). É uma estratégia de relações públicas utilizada desde a década de 1970, que se inspirou no sucesso das mobilizações da sociedade civil dos anos 1960 no avanço de pautas progressistas, incluindo as relacionadas ao

meio ambiente (Brulle; Aronczyk, 2019). Essas campanhas também funcionam, como os grupos de fachada, para ocultar seus financiadores e simular uma adesão pública a posições de interesse privado, mas, diferente daqueles, que têm um caráter mais duradouro, essas campanhas e organizações são esforços mais direcionados à promoção ou oposição de eventos e políticas específicos e temporários (Dunlap; McCright, 2011).

Essas campanhas têm sido eficientes na promoção de incerteza entre o público estadunidense, ao sustentar a impressão de que há conflitos pendentes em torno do tema das mudanças climáticas, e ao conferir um lastro social às empresas interessadas na negociação das políticas que afetem suas atividades econômicas (Ekberg *et al.*, 2022). Um exemplo de uma campanha que alcançou bastante repercussão foi a *Hot Air Tour*, organizada em 2008 em vários estados americanos pelo think tank conservador *Americans for Prosperity* (AFP), intensamente financiado por empresas fósseis (como a Exxon) e por fundações familiares (Fundações da família Koch e da família Scaife). Nela, integrantes do AFP lançaram balões em mais de quarenta cidades nos EUA, nas quais realizavam eventos, com o slogan: “*Global Warming Alarmism: Lost Jobs, Higher Taxes, Less Freedom.*”, com o objetivo de se contrapor a medidas de implementação do mercado de carbono, que, de acordo com os organizadores, geraria sérios prejuízos à economia e às liberdades individuais (Dunlap; McCright, 2011).

Não se pode esquecer também, dentro das estratégias de curto prazo, do tradicional lobby feito para atrasar e bloquear políticas climáticas. Em sua pesquisa, Brulle (2018) analisou os gastos com lobby climático no congresso americano entre 2000 e 2016 e concluiu que foram investidos, nesse período, mais de US\$2 bilhões nessa atividade, sobretudo pelos setores com maior chance de serem afetados por políticas climáticas, como o de energia elétrica, de combustíveis fósseis e de transporte. O autor também ressalta que, para cada US\$1 gasto por organizações ambientalistas e pelo setor de energia renovável, outros US\$10 eram gastos por aqueles ligados à produção e ao consumo de combustíveis fósseis (Brulle, 2018, p.301), refletindo uma correlação de forças profundamente desigual entre atores pró-clima e atores da obstrução climática. Além disso, o estudo demonstra que os gastos com lobby nos EUA variam bastante ao longo dos anos, tendo uma relação diretamente proporcional ao potencial de aprovação e ao impacto de uma determinada política climática.

Esse lobby busca influenciar justamente um outro grupo de atores fundamental no CMC do país, os políticos republicanos. A maioria dos políticos conservadores nos EUA foi aliada aos esforços de obstrução climática desde o princípio da “controvérsia”, o que pode ser facilmente compreendido tendo em vista os valores do partido, marcados pela defesa do papel

limitado do Estado, do conservadorismo fiscal, dos valores familiares tradicionais e, mais especificamente, da intervenção governamental reduzida em questões ambientais (Mckie, 2023), como ficou evidente no apoio do partido ao *Wise Use Movement*. Isso se reflete nas pesquisas que tratam da percepção sobre as mudanças climáticas nos EUA, que demonstraram que enquanto 78% dos Democratas consideram o problema como uma grande ameaça ao bem-estar do país, apenas 23% dos Republicanos avaliam o mesmo, bem abaixo da média nacional de 54% (Pew Research Center, 2023).

Portanto, a crença nas mudanças climáticas e na necessidade de agir sobre elas não só desafia diretamente a confiança dos Republicanos na capacidade dos mercados de autogestão e de produção de soluções inovadoras para os problemas enfrentados pela sociedade, como também aumenta a possibilidade de regulações das atividades econômicas, sobretudo das de uma parcela considerável de seus financiadores de campanha, composta pela indústria fóssil (Dunlap; McCright, 2011). Sendo assim, algumas das práticas de obstrução mobilizadas por esses atores são a convocação de audiências com lideranças negacionistas, realizando ataques à ciência e aos cientistas climáticos, enfatizando incertezas (já resolvidas) científicas em torno do assunto, bloqueando esforços de mitigação e controlando cargos e comissões importantes para a agenda ambiental, de modo a facilitar medidas de atraso e de bloqueio.

Exemplos dessa atuação podem ser vistos no Legislativo e no Executivo. No primeiro, o mais famoso negacionista republicano foi o senador James Inhofe, representante de Oklahoma de 1994 a 2023, que, dentre outras coisas, afirmou, em um discurso no Senado, que as mudanças climáticas eram a maior farsa já perpetrada contra o público americano (Oreskes; Conway, 2011, p.213) e pediu por investigações criminais contra cientistas climáticos proeminentes (Dunlap; McCright, 2011). Esse mesmo político também ocupou a chefia do Comitê de Meio Ambiente e Obras Públicas, tornando-o um centro de negacionismo climático, com a presença constante de negacionistas famosos.

Já no Executivo pode-se afirmar que houve grande atraso na agenda climática, tanto nos compromissos retóricos quanto nas ações concretas, nos governos republicanos de George H. W. Bush (1989-1993), George W. Bush (2001-2009) e Donald Trump (2009-2017). Os dois primeiros tiveram chance de agir sobre a questão assim que essa emergiu e quando os EUA desfrutavam de uma posição ímpar no sistema internacional, mas optaram por enfatizar as incertezas e as necessidades de mais pesquisas em torno do tema e povoaram suas administrações de representantes das indústrias fóssil. Já o último retirou os EUA do Acordo de Paris assim que assumiu a presidência, deu diversas declarações negacionistas da ciência

climática e também sempre atendeu e incorporou em sua administração membros de setores poluidores.

Por fim, a mídia e o ecossistema digital conservador compõem uma câmara de eco que desempenha um importante papel na amplificação do negacionismo climático. Programas de rádio como o de Rush Limbaugh, canais de televisão como a Fox News, junto a jornais como *Washington Times* e colunistas conservadores presentes em diversos meios formam o centro desse ambiente informacional que se propõe a oferecer perspectivas alternativas e balanceadas às da mídia liberal “dominante” (Dunlap; Brulle, 2020, p.58). Nesses espaços, a obstrução climática é posta em prática a partir de ataques aos ambientalistas, do negacionismo literal, da criação e difusão de controvérsias em torno da ciência climática e do convite a cientistas e políticos negacionistas (em maioria republicanos), bem como representantes de TTCs, para tratar da temática do clima. Como resultado, os espectadores desses canais demonstram níveis significativamente maiores de negacionismo climático do que aqueles que optam por outros meios (Feldman *et al.*, 2012; Bolin & Hamilton, 2018 *apud* Dunlap, Brulle, 2020).

Além disso, com o fortalecimento da internet a partir dos anos 2000, novas oportunidades de disseminação do negacionismo climático surgiram, por meio de blogs, sites e por redes sociais como Youtube, Facebook e Twitter (Dunlap; Brulle, 2020, p.59). A maioria desses conteúdos é produzido e compartilhado por leigos sem formação científica relevante para tratar do tema, mas geralmente empregando uma abordagem que adota linguagem e pretensão “científica”, muitas vezes reutilizando argumentos e conteúdos produzidos por cientistas negacionistas famosos (Sharman, 2014 *apud* Dunlap, Brulle, 2020, p.60). No entanto, esses canais possibilitaram o alcance de um público ainda maior, fortalecendo a câmara de eco conservadora, como indica um estudo que mostra que negacionistas proeminentes possuem aproximadamente a mesma visibilidade na mídia tradicional que cientistas climáticos consagrados, mas que os primeiros obtêm muito mais visibilidade nas novas mídias (Petersen *et al.*, 2019 *apud* Dunlap, Brulle, 2020, p.61).

Um exemplo do poder desse ecossistema pode ser visto no caso da controvérsia *ClimateGate*, ocorrida em 2009, às vésperas da COP 15, realizada em Copenhagen. Nela, os servidores da unidade de pesquisa de clima da Universidade de East Anglia, departamento de referência por suas contribuições ao IPCC, foram invadidos e os e-mails de seus pesquisadores foram vazados para a mídia. A partir disso, os negacionistas retiraram trechos dessas mensagens de seus contextos para alegar que o aquecimento global se tratava de uma conspiração científica, fruto da manipulação de dados (Leiserowitz *et al.*, 2012).

Dessa maneira, sem se importar com a veracidade dos fatos (que posteriormente provaram a inocência dos pesquisadores), a mídia e os canais digitais conservadores amplificaram o fenômeno, que não só repercutiu sobre as negociações da COP 15, como também contribuiu para uma queda momentânea na confiança na ciência e nos cientistas climáticos, embora essa tenha sido maior entre indivíduos de ideologia política conservadora (Leiserowitz *et al.*, 2012).

Portanto, pode-se perceber que a mídia conservadora nos EUA atua de modo a reforçar crenças já existentes sobre as mudanças climáticas, por meio da exposição seletiva e enviesada de informação, o que acaba amplificando as divisões políticas existentes sobre o tema nos Estados Unidos e atenuando o potencial de influência de especialistas e evidências externas a essa câmara de eco (Bolin; Hamilton, 2018, p.471).

Nesse sentido, foi apresentada a estrutura da obstrução organizada ao clima nos Estados Unidos, que será importante para a compreensão de como esse fenômeno se desenvolve em outras partes do mundo, seja a partir de suas interseções, seja por suas diferenças. Foi possível visualizar seu caráter complexo e interconectado, formado por uma grande diversidade de atores e estratégias. O que os une, apesar disso, é a tentativa de preservar seus interesses econômicos, que seriam potencialmente afetados por políticas de mitigação e adaptação climática, mas também uma ideologia marcadamente conservadora e neoliberal, definida pela oposição veemente às regulações estatais e pela defesa do modo de vida ocidental profundamente materialista e movido a combustíveis fósseis (Dunlap; McCright, 2011; Oreskes; Conway, 2011).

3.1.3 ALGUNS IMPACTOS DO CONTRAMOVIMENTO CLIMÁTICO NA POLÍTICA CLIMÁTICA DOS EUA

Estes esforços surtiram efeitos nos âmbitos doméstico e internacional já em seu início, tendo sido bem sucedidos na reversão do *momentum* de atenção midiática e política sobre as mudanças climáticas ao final dos anos 1980. Portanto, esta subseção descreve de maneira sucinta alguns dos principais embates e impactos do CMC sobre a política climática doméstica e internacional dos Estados Unidos, do governo de George H. W. Bush, durante o qual o tema ganha destaque, até o primeiro governo de Donald Trump, no qual a obstrução climática chega ao seu auge.

Como já exposto, uma das principais estratégias do CMC para atrasar e impedir a ação climática é, primeiro, o questionamento das próprias evidências do fenômeno, em sua existência, atribuição e impacto (Rahmstorf, 2004). Nesse sentido, os ataques dessa complexa “máquina” se direcionam ao IPCC, estabelecido com o objetivo de ser a grande referência do estado da arte da ciência climática global, já no lançamento de seu primeiro relatório, em 1990. Como órgão com representação política e, conseqüentemente, obrigado a fazer concessões, o documento adota, nessa ocasião, uma linguagem excessivamente cautelosa devido à intensa pressão exercida pelas empresas de combustíveis fósseis e pelos países exportadores de petróleo, ao declarar que, embora o planeta estivesse ficando mais quente, ainda não havia uma ciência definitiva sobre o assunto (Armitage, 2005).

Ao mesmo tempo, o presidente estadunidense George H. W. Bush revertia sua retórica de campanha, durante a qual havia se aproveitado da atenção sobre o tema para se comprometer com a agenda climática, em um momento em que o assunto ainda não era politizado, e rejeita o relatório do IPCC (Armitage, 2005). Embora Bush não tivesse cedido aos TTCs que negavam o problema das chuvas ácidas, tendo promovido e aprovado junto ao Congresso as *Clear Air Act Amendments* em 1990, uma das principais medidas legislativas ambientais em vigor nos EUA até hoje, o mesmo não ocorreu com o tema das mudanças climáticas (Waldman; Hulac, 2018).

Em uma das explicações para essa mudança de postura, pode-se destacar a atuação do TTC *George C. Marshall Institute*. Em 1989, essa organização lançou seu primeiro relatório atacando a ciência climática (*Global Warming: What the Science Tells Us*), com a pretensão de avaliar “objetivamente” a ciência produzida sobre o assunto. Valendo-se de suas conexões com figuras do governo, este think tank apresentou o relatório à Casa Branca, argumentando que o aumento da temperatura era fruto de variações naturais da atividade solar (Oreskes; Conway, 2011. p.186). Apesar de o IPCC ter endereçado diretamente essa alegação e a refutado, seus proponentes a mantiveram e essa não deixou de alterar a percepção no governo. Como evidência, em uma carta ao presidente do *American Petroleum Institute*, um dos fundadores do *Marshall*, Robert Jastrow, escreveu: “A comunidade científica considera que o relatório do Marshall foi responsável pela oposição da Administração aos impostos sobre carbono e às restrições sobre o consumo de combustíveis fósseis” (Oreskes; Conway, 2011. p.190).

Assim, em 1990, o presidente organizou na Casa Branca um encontro para discutir aspectos da ciência e da economia das mudanças climáticas, no qual os cientistas presentes alertaram que as temperaturas poderiam aumentar de dez a cinquenta vezes mais rápido do

que os registros históricos, em caso de continuidade da queima de combustíveis fósseis (Waldman; Hulac, 2018). Contudo, em sua carta ao Congresso no ano seguinte, no qual destaca a conferência, o governo Bush dá ênfase às incertezas em torno da ciência climática e argumenta que mais pesquisas seriam necessárias antes de agir sobre a questão, retórica típica de procrastinação dos atores do CMC que se torna praxe em sua administração (Armitage, 2005). Isso se explicitou com o vazamento de um memorando interno da Casa Branca que afirmava que a melhor maneira de lidar com o aquecimento global seria “levantando as várias incertezas” que cercavam o assunto (Armitage, 2005).

Na Rio 92, um marco na história da governança climática, tanto pela grande representatividade de governos e movimentos da sociedade civil presentes, quanto pela criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), a atuação do governo estadunidense foi marcada pela retórica propositiva e pelas ações de obstrução ao estabelecimento de compromissos concretos. Bush alegou que tinha um plano com foco em eficiência energética, florestas, novas tecnologias e limpeza do ar, assinou a criação da Convenção Quadro, prometeu financiamento climático para as nações em desenvolvimento, mas, na questão principal, relativa ao estabelecimento de metas de redução de emissões, o governo dos EUA se juntou aos petroestados e rejeitou a medida, defendida, dentre outros, pela União Europeia e pelos pequenos estados insulares (Armitage, 2005).

Três anos depois, o lançamento do Segundo Relatório do IPCC acirrou disputas, à medida em que a linguagem adotada foi se tornando mais incisiva. Nele, o Painel apontou para uma influência humana "discernível" sobre o clima planetário, reconhecendo, portanto, não só o aquecimento climático, como também suas raízes antropogênicas. O capítulo 8, que apresentava as evidências da atribuição humana sobre o fenômeno, coordenado pelo climatologista Benjamin Santer, foi alvo imediato de críticas quando apresentado no plenário do IPCC pelos países petroexportadores e pelos lobistas das empresas americanas do setor fóssil (Oreskes; Conway, 2011, p.204).

No entanto, a situação se intensificou quando o próprio Santer começou a sofrer uma campanha maciça contra sua imagem, encampada por cientistas negacionistas e TTCs. Esses o acusavam, em publicações de prestígio e alto alcance como o *Wall Street Journal* e o periódico *Science*, de ter seletivamente excluído alguns estudos em favor de outros (Oreskes; Conway, 2011, p.205). Apesar de parecer uma contenda entre cientistas, a disputa contribuiu para aumentar a confusão do público e ofereceu uma oportunidade para aqueles que já se contrapunham à agenda climática, como alguns políticos republicanos. Nesse sentido, ainda em 1995, o deputado republicano Dana Rohrabacher propôs uma lei para reduzir o

financiamento à pesquisa climática em mais de um terço e declarou que essa sofria influências políticas da esquerda (Oreskes; Conway, 2011, p.213).

Um dos maiores impactos do CMC viria durante as negociações do Protocolo de Kyoto, em 1997. Essas foram marcadas pelas discussões em torno do princípio das Responsabilidades Comuns, Porém Diferenciadas (RCPD), que partia da premissa de que aqueles que historicamente mais contribuíram para as emissões, os países desenvolvidos classificados no Anexo 1, deveriam realizar mais esforços para mitigar os GEE do que os países em desenvolvimento, que estariam livres de metas de redução de emissões até a próxima rodada de negociações. Contudo, no período que antecedeu a conferência, as grandes corporações estadunidenses, reunidas em grupos de fachada como a *Global Climate Coalition*, não só intensificaram o lobby no Congresso do país, como também se uniram para criar o *Global Climate Information Project* e iniciar uma grande campanha de relações públicas de mais de US\$13 milhões para alertar a população sobre os efeitos socioeconômicos devastadores do Protocolo para os EUA (Ekberg *et al.*, 2022).

Os esforços renderam frutos e, antes mesmo do início da conferência, o Senado americano aprovou por unanimidade a Resolução Byrd-Hagel, proibindo a assinatura de acordos climáticos que impusessem a redução de emissões para países do Anexo I sem a determinação de reduções para países em desenvolvimento, o que impediu a ratificação do Protocolo pelos EUA, apesar da assinatura do governo Clinton (Armitage, 2005). Desse modo, a ausência do maior emissor de GEE à época, em um período pós-guerra fria no qual a potência americana detinha uma influência marcante sobre a construção dos arranjos internacionais, comprometeu seriamente o sucesso daquele que era o primeiro esforço de concertação internacional para limitar as emissões de GEE.

O governo seguinte, de George W. Bush foi marcado pela inação e pela relação de proximidade da administração federal com a indústria fóssil. Assim, apesar do Terceiro Relatório do IPCC (2001), lançado em seu primeiro ano de governo, ter concluído que o mundo estava esquentando rapidamente, Bush rejeitou a realização de esforços para redução de emissões e renunciou ao Protocolo de Kyoto (Armitage, 2005). Durante seu mandato, sua postura em relação às mudanças climáticas era, frequentemente, a de enfatizar as “incertezas” que permaneciam na ciência e a necessidade de mais pesquisas. Apesar de em agosto de 2004 a Casa Branca ter lançado de maneira discreta um relatório em que afirmava que as emissões de dióxido de carbono eram provavelmente o principal fator por trás do aquecimento global, isso não representou nenhuma mudança em sua conduta (Armitage, 2005).

Mesmo a mudança de orientação durante o governo Obama para um viés mais progressista não foi capaz de alterar profundamente a política climática estadunidense, tendo em vista as restrições enfrentadas no legislativo (Mckie, 2023, p.37). Apesar de sucessos consideráveis em algumas áreas, como a rejeição, por considerações climáticas, da construção do gasoduto de Keystone entre o Canadá e os EUA (Goldenberg; Roberts, 2015); a conclusão de um acordo com a China para a redução das emissões (Landler, 2014); e sua proatividade em relação ao bem sucedido Acordo de Paris (Milman, 2016), sua administração também foi marcada pelo embate com o CMC e por contradições.

No primeiro caso, pode-se citar o bloqueio à lei Waxman-Markey, relativa ao estabelecimento de um mecanismo de redução e comércio de emissões de GEE, que, aprovada na Câmara em 2009, não foi levada ao Senado por falta de condições políticas de aprovação. Essa sofreu oposição de organizações que compõem o CMC, como *National Association of Manufacturers*, *Heritage Foundation*, *Western Fuels Association*, dentre outras, que realizaram campanhas milionárias e espalharam temores de grandes prejuízos socioeconômicos para os EUA para tentar impedir a passagem da lei (Mckie, 2023, p.37).

Nesse sentido, Obama falhou em construir uma legislação climática própria durante seu primeiro governo, durante o qual detinha a maioria de ambas as casas. Essa situação se tornou impossível a partir das eleições de meio de mandato, em 2010, nas quais os republicanos conquistaram maioria na Câmara. Dessa maneira, grande parte de seus avanços na agenda climática, ocorridos durante o segundo mandato, tiveram de ser feitos por meio de atos executivos, tornando-os mais vulneráveis a serem revertidos (Lavelle, 2016), o que ocorreu durante o governo de Donald Trump. Foi durante seu governo também que os EUA aumentaram expressivamente a produção de combustíveis fósseis, se tornando o maior país produtor do planeta.

Por fim, o governo Trump foi marcado por diversos retrocessos na área climática, marcando uma nova fase do CMC ao redor do mundo, dos quais sua eleição e a de Bolsonaro são símbolos, em que esse assume o poder em países com grande impacto para a agenda climática (Ekberg *et al.*, 2022). O discurso de Trump sobre o tema foi frequentemente confuso, contendo várias declarações negacionistas, como a de que o aquecimento global teria sido criado pelos chineses para prejudicar as indústrias americanas e a de que as mudanças climáticas eram uma “farsa cara” (Cheung, 2020). Contudo, em outros momentos declarava que esse era um “assunto sério” e importante, e parecia confundir a questão com o ambientalismo no geral, como com a poluição atmosférica, ao mesmo tempo em que sempre ponderava os custos econômicos das ações ambientais.

No entanto, a despeito de suas contradições retóricas, suas ações foram claras no sentido de obstruir a agenda climática. Nesse sentido, já em seu primeiro ano, Trump retirou os EUA do Acordo de Paris e povoou o Executivo com representantes do setor fóssil, inclusive para comandar o Departamento de Estado, com a indicação do ex-CEO da ExxonMobil Rex Tillerson (2017-2018) (Ekberg *et al.*, 2022). Além disso, nomeou Scott Pruitt, um negacionista climático e lobista do setor fóssil que já havia processado a EPA diversas vezes, para assumir a liderança da agência, durante a qual revogou regulamentações ambientais e diminuiu o poder do órgão, até renunciar ao cargo após escândalos éticos (Wolfson, 2018).

Outras medidas incluem a substituição do *Clean Power Plan* de Obama, que limitaria as emissões de termelétricas, com o *Affordable Clean Energy Rule*, com normas mais fracas, o atraso na implementação de padrões atualizados de eficiência energética em novos veículos, os cortes em programas de energia limpa e de mudanças climáticas, a não renovação do comitê de aconselhamento, estabelecido em 2015 e composto por 15 especialistas, para a produção do *National Climate Assessment*, o relatório nacional que avalia os efeitos e riscos das mudanças climáticas de acordo com o estado da arte da ciência, bem como decisões que facilitavam a exploração de óleo e gás, tanto pela permissão de sua produção em áreas antes protegidas quanto pela aceleração da aprovação de sua infraestrutura (Sabin Center for Climate Change Law, 2021).

Assim, pôde-se verificar a extensão da influência e do impacto causado por um CMC bem estruturado nos Estados Unidos, que foi capaz de atuar desde o surgimento da agenda climática, revertendo o momento positivo de atenção sobre o tema e contribuindo para gerar confusão dentre os tomadores de decisão e o público, bem como atrasando e bloqueando, ao longo dos anos, medidas mais ambiciosas de mitigação e de justiça climática no segundo país mais poluente do mundo. No entanto, a incidência do CMC estadunidense vai além, com a exportação de seu modelo de atuação ao redor do mundo, principalmente nos países centrais com perfis econômicos e de emissões semelhantes, mas também no Sul geopolítico. É assim que surgem as redes transnacionais de obstrução climática, por meio da conexão entre atores e o compartilhamento de práticas e narrativas, que contribuíram enormemente para que o mundo continue a esquentar anualmente. É sobre essas redes e seu desenvolvimento em diferentes contextos que trataremos no restante do texto.

3.2 A EXPANSÃO TRANSNACIONAL DO CONTRAMOVIMENTO CLIMÁTICO: REINO UNIDO

Nesta seção, realizaremos um panorama do cenário da obstrução climática no Reino Unido, com seus principais atores, estratégias e narrativas. O objetivo é demonstrar como diversos elementos desenvolvidos pelo CMC dos EUA são replicados em um outro país do Norte geopolítico, o que revela a existência e o impacto das RTOC, bem como o modo pelo qual a semelhança de suas economias políticas, de países centrais fundados e mantidos pela riqueza fóssil, produz convergências entre os *modus operandi* da obstrução climática.

O Reino Unido foi selecionado tendo em vista a grande quantidade de literatura sobre o assunto no país e pelo alto grau de desenvolvimento de um CMC próprio, com fortes ligações com o dos EUA. Além disso, o país tem um peso importante na arena climática internacional. Isso porque, apesar de ser o décimo sétimo no ranking global de emissões de GEE, é a sexta maior economia do mundo, membro do Conselho de Segurança, bem como a sede de diversas multinacionais e um dos centros financeiros mais importantes do mundo (tanto para o financiamento do setor fóssil quanto para o mercado de carbono) (Daley *et al.*, 2024, p.26). Também é preciso considerar que foi no país que se iniciou a Revolução Industrial, que deu início ao capitalismo fóssil e às mudanças climáticas antropogênicas, além de ter gerado grandes riquezas para a nação e permitido a criação de um Império de alcance global (Daley *et al.*, 2024, p.26).

Tendo em vista essas características, o país é objeto de pressão tanto de movimentos ambientalistas e de organizações internacionais para que lidere a ação climática, como de poderosos grupos contrários ao seu avanço. Nessa disputa de forças opostas (e desiguais), o Reino Unido conseguiu realizar avanços substanciais em sua descarbonização, mas que têm enfrentado cada vez mais revezes nos anos recentes. Nesse sentido, o país conseguiu reduzir suas emissões domésticas de GEE em 41% entre 1990 e 2021, tendo cortado as emissões do setor elétrico em mais de 51% nesse período e sido o primeiro membro do G7 a incorporar em lei uma política de *Net Zero* até 2050 (Daley *et al.*, 2024, p.27).

Em 2022, as emissões do Reino Unido por setor foram de 28% do transporte doméstico, 20% de construções e uso de produtos (aquecimento, refrigeração etc.), 14% relacionadas à indústria, 14% para a eletricidade e 12% da agricultura, cobrindo 74% do total (Department for Energy Security & Net Zero, 2024). Assim, apesar dos avanços consideráveis na mitigação, o gás fóssil ainda continua como a principal fonte de energia elétrica e o sistema

de transportes e as construções ainda são bastante dependentes de fontes poluentes (Daley *et al.*, 2024, p.27).

Baseado nesse cenário, em 2022 a Alta Corte do Reino Unido solicitou uma reavaliação da estratégia de neutralidade de emissões do governo, tendo em vista sua incompatibilidade com o *Climate Change Act* de 2008, que estabelece metas de mitigação que devem ser cumpridas por lei pelo governo (Daley *et al.*, 2024, p.27). Portanto, para compreender adequadamente o cenário da obstrução climática no Reino Unido, que vem comprometendo seu objetivo de se projetar enquanto liderança climática, apresentaremos as raízes históricas desse fenômeno, bem como seus principais atores, instituições e estratégias.

Nesse sentido, em 1989, a primeira-ministra Margaret Thatcher (1979-1990), no contexto de aumento da importância da questão climática abordado na seção anterior, destacou, em seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, os perigos das mudanças climáticas, a necessidade de ação internacional e garantiu a atuação do Reino Unido para avançar a ciência climática e coordenar o IPCC (Daley *et al.*, 2024, p.30). Em sua visão, marcada pelo neoliberalismo, o setor privado geraria inovações e riquezas para lidar com o fenômeno, compondo a parte mais importante da resposta. Sendo assim, seu governo foi marcado por diversas privatizações e desregulamentações, incluindo no setor de óleo e gás, com a desestatização da *British Petroleum* em 1979 e da *British Gas Cooperation* em 1986, e pelo estreitamento das relações entre o governo e o setor corporativo, o que contribuiu para estabelecer a influência deste último sobre diversas políticas governamentais, incluindo a agenda climática (Daley *et al.*, 2024, p.30).

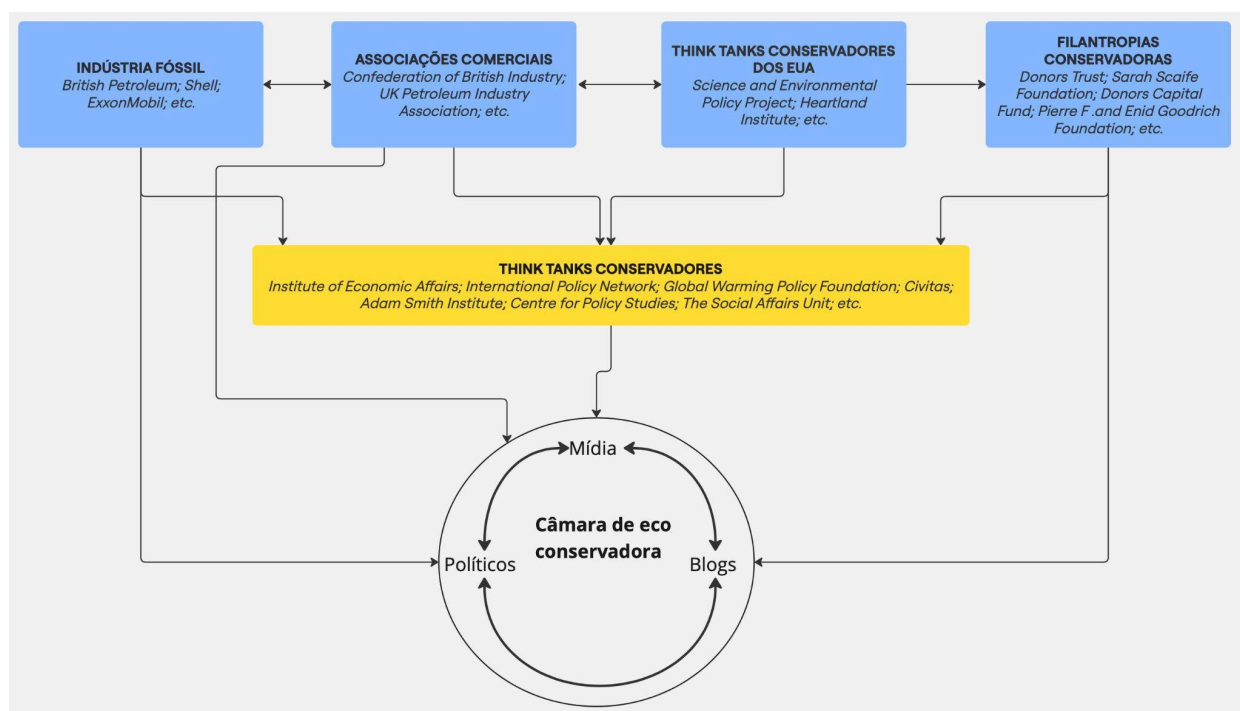
O período seguinte se inicia com a eleição de Tony Blair (1997-2007) e a chegada do New Labour ao poder. Essa ala moderna do Partido Trabalhista buscou conciliar crescimento econômico com considerações ambientais, introduzindo medidas diversas para mitigação. É nesse momento que o Reino Unido assina o Protocolo de Kyoto em 1998, introduz o *Climate Change Levy* em 2001, que estabelece uma tarifa para encorajar a eficiência energética e a descarbonização do setor privado, e implementa o *Climate Change Act*, em 2008 (Daley *et al.*, 2024, p.30).

Já em 2010 se inicia o governo de coalizão entre Conservadores e Liberais Democratas, liderados por David Cameron (2010-2016), que também busca continuidade com a política climática dos governos anteriores, com a assinatura do Acordo de Paris em 2016. No entanto, a verdadeira reviravolta na política britânica ocorreu no mesmo ano, com o Brexit, que deu início a um período de turbulência no país que o levou a ter 5 primeiros-ministros entre 2016 e 2024.

Ou seja, apesar de todos os governos do final da década de 1980 em diante se comprometerem com a agenda climática, alguns realizaram mais avanços do que outros e as forças de obstrução climática sempre estiveram presentes. Essas podem ser divididas em quatro grupos principais, que formam uma rede complexa e altamente desenvolvida: grupos negacionistas organizados e think tanks; mídia; grupos de lobby empresariais e associações comerciais; e atores e instituições governamentais (Daley *et al.*, 2024, p.32).

Como nosso foco é sobre as conexões transnacionais da obstrução climática, analisaremos com mais detalhes o primeiro grupo, que trata da obstrução organizada, no qual a maior parte dessas relações ocorre. A partir disso, Mckie (2023, p.51) descreve que uma rede transnacional de obstrução climática começa a surgir na Europa a partir da década de 1990, concomitantemente ao aumento da projeção da temática entre o público e os tomadores de decisão. Nesse processo, foi fundamental a disseminação de ideias neoliberais por TTCs, em articulação com a indústria fóssil e com o CMC dos EUA, com o Reino Unido desempenhando um papel de destaque nessa conexão com a rede estadunidense e com a disseminação de suas estratégias e narrativas para o restante da Europa (Mckie, 2023, p.55).

Figura 2: Principais atores do CMC no Reino Unido e suas conexões



Fonte: elaboração própria, com base em Daley *et al.*, 2024; Mckie, 2023.

Uma das figuras centrais na criação de organizações influentes no atraso e no bloqueio à agenda climática no Reino Unido e no mundo, foi Anthony Fisher, que criou uma rede de TTCs inspirados nas ideias de Hayek, Friedman e da Sociedade Mont Pèlerin, com o objetivo de incidir sobre as políticas públicas para que expressassem os interesses do setor privado (Mckie, 2023, p.53). Aqui, trataremos das ações do *Institute of Economic Affairs* (IEA), criado em 1955 e ativo até hoje, do *International Policy Network* (IPN), que operou entre 1971 e 2011, e do *Global Warming Policy Foundation* (GWPF), criado em 2009 e ainda em atividade.

Foi com o IEA, um think tank dedicado à pesquisa e com fins educativos de disseminação do pensamento liberal, que Fisher primeiro compreendeu o impacto que poderia ter com essas organizações, tendo em vista a influência indireta das ideias econômicas promovidas pelo instituto sobre as políticas neoliberais do governo Thatcher, contribuindo para as medidas de desmantelamento do Estado de bem-estar social britânico (Mckie, 2023, p.53). Esse instituto foi um dos primeiros a promover o negacionismo climático globalmente, com a publicação de livros, relatórios e a realização de eventos, realizando críticas ao campo climático como um todo e projetando negacionistas climáticos que também integravam o CMC estadunidense, com o objetivo de produzir dúvida e atrasar medidas de regulação da atividade econômica com motivação climática (Mckie, 2023, p.53). Isso faz sentido se considerarmos as relações entre empresas de combustíveis fósseis, o IEA e políticos conservadores, tendo em vista não só que a BP realizava doações para a sede americana do IEA, como a de que esse promovia reuniões de bastidores entre doadores, membros, políticos e empresas poluidoras (Mckie, 2023, p.55)

Outra organização que replicou o modelo americano e tinha impacto transnacional foi o IPN, que também possuía bases nos EUA e no Reino Unido, e que atuava na promoção e publicação de pesquisas sobre políticas públicas a partir de uma lógica de defesa de soluções de mercado para problemas políticos e econômicos. A maioria de seus financiadores eram os mesmos encontrados no CMC americano, tendo grande parte de seus recursos advindos de fundações conservadoras como *Donors Trust*, *Sarah Scaife Foundation* e empresas fósseis, como a ExxonMobil (Mckie, 2023, p.55). Durante sua existência, o IPN funcionou como uma rede, com várias de suas organizações associadas disseminando discursos de atraso já no final dos anos 1990, como a *Timbro*, na Suécia, a *The Friedrich Naumann Foundation*, na Alemanha e o *Austrian Economic Center*, na Áustria (Mckie, 2023, p.55). Além disso, participou também da *Civil Society Coalition on Climate Change* (CSCCC), o que demonstra suas articulações transnacionais.

Para além das instituições criadas por Fisher, o GWPF, fundado pelo político conservador Nigel Lawson, que integrou o governo de Thatcher e foi um dos arquitetos de sua política de privatizações, tem sido uma das instituições mais ativas na obstrução climática no Reino Unido. Essa organização tem como particularidade o fato de ter as mudanças climáticas como seu tema central e razão de existência, tendo estabelecido como objetivo, em sua fundação, “trazer razão, integridade e equilíbrio a um debate que se tornou seriamente desbalanceado, irracionalmente alarmista e, com muita frequência, deprimentemente intolerante”. Nessa perspectiva, foi organizada (e estabelece relações com estas) nos moldes das instituições do CMC estadunidense que focavam exclusivamente na questão climática, como o *Science and Environmental Policy Project*, criado por Fred Singer em 1990 (Mckie, 2023, p.57), além de receber parte significativa de seu financiamento dos EUA, que totaliza cerca de 45% dos mais de um milhão de libras doados para a organização desde 2017 (Daley *et al.*, 2024, p.40).

Esse grupo conseguiu constituir, ao longo tempo, poderosas conexões com figuras políticas conservadoras e do setor privado, garantindo uma presença constante na mídia e no debate público sobre o tema. Suas intervenções são feitas principalmente por meio da publicação de relatórios e aparições nas mídias tradicionais, mas seu discurso se transformou ao longo do tempo. Esse se caracterizou, até 2018, pelo negacionismo literal, mas depois passou dos ataques à ciência a críticas severas e constantes às políticas de mitigação do Reino Unido, sobretudo de *Net Zero* (Mckie, 2023, p.57). Nesse sentido, em 2021 lançou a campanha *Net Zero Watch*, para monitorar esta política, enfatizando seus custos socioeconômicos, propondo alternativas mais “viáveis” e um debate mais “equilibrado”. Mesmo sem negar as mudanças climáticas, o grupo classifica as energias renováveis como ineficientes, instáveis e responsáveis pelo aumento do custo energético, além de explorar eventos geopolíticos, como a Guerra na Ucrânia, para defender a volta aos combustíveis fósseis como garantia de segurança energética (Daley *et al.*, 2024, p.34).

Todas as organizações mencionadas têm em comum o fato de que são registradas como ‘caridades’ e como instituições ‘sem fins lucrativos’, mas sua atuação está, de fato, muito mais próxima de organizações tradicionais de lobby. Como exemplo, a *Charity Commission* do Reino Unido determinou, em 2014, que o GWPF havia infringido as regras de imparcialidade de uma organização de caridade, o que levou à criação de uma instituição alternativa, chamada de *Global Warming Policy Forum*, para a prática de lobby (Bawden, 2013). Do mesmo modo, o IEA recebeu recursos de empresas do tabaco, enquanto se engajava numa campanha contra as medidas anti tabagismo em defesa da ‘liberdade pessoal’

(Monbiot, 2018) e o IPN foi financiado pela ExxonMobil ao mesmo tempo em que disseminava o negacionismo climático. Além disso, os estreitos laços dessas instituições com políticos conservadores, sem ‘balancear’ e se integrar com políticos progressistas, faz questionar sua caracterização como ‘não partidárias’.

Nesse sentido, políticos de orientação conservadora, como ocorre nos EUA com os Republicanos, também constituem os principais atores da política institucional que participam da obstrução no Reino Unido (Mckie, 2023, p.57). Um dos que desenvolveram uma atuação verdadeiramente transnacional tem sido Christopher Monckton, que foi integrante do governo Thatcher e é atualmente uma das lideranças do partido eurocético *UK Independence Party*. Assim, Monckton assumiu cargos diversos em organizações do CMC no Reino Unido e no exterior, como no *Heartland Institute* e no *Science and Public Policy Institute*, nos EUA e no *Galileo Movement*, na Austrália. Além disso, fundou, junto com outros negacionistas estrangeiros, como Vaclav Klaus (primeiro-ministro da República Tcheca entre 1993 e 1997), o *Clexit*, logo após a saída do Reino Unido da UE. Essa coalizão, que reunia figuras de diversos países, tinha como principal objetivo inicial impedir a ratificação do Acordo de Paris não apenas pelo Reino Unido, mas por toda a Europa (Mckie, 2023, p.61).

Também podemos citar, devido a sua influência, Boris Johnson, que foi Secretário do Exterior (2016-2018) e Primeiro-Ministro (2018-2022), mas que durante sua atuação como jornalista publicou diversos artigos negacionistas do clima em veículos conservadores, como o *The Telegraph*. Em um deles, escrito em 2013, argumentava que o tempo frio naquele momento parecia indicar o início de uma pequena era glacial, atribuindo essa mudança a variações na atividade solar. Além disso, referenciou um negacionista climático britânico, Piers Corbyn, e criticou a ciência climática e sua influência sobre as políticas públicas (Mckie, 2023, p.58).

Isso nos aponta para o papel da mídia na obstrução climática no Reino Unido, que tem alguns dos meios de comunicação mais acessados e influentes do mundo. Sua dinâmica é similar a da “câmara de eco conservadora” dos EUA (Mckie, 2023, p.58), com veículos mais à direita contribuindo para a difusão de discursos negacionistas e de procrastinação. Para ilustrar, jornais como o *The Daily Telegraph* and *The Daily Mail* têm adotado como linha editorial a ideia de que a política de *Net Zero* está aumentando o preço da conta de energia, apesar de evidências contrárias. Além disso, veículos da mídia têm estabelecido relações com essas organizações e indivíduos do contramovimento, como Allison Pearson, principal entrevistador e colunista do *Telegraph*, que se juntou ao GWPF como administrador em 2023, depois de ter publicado vários artigos questionando a política de mitigação de emissões,

defendendo a repressão de ativistas climáticos e condenando propostas de eliminação dos combustíveis fósseis (Daley *et al.*, 2024, p.36).

Todos esses esforços para atrasar e bloquear a agenda climática beneficiam sempre os setores econômicos altamente poluidores. Sendo assim, esses, bem como os grupos de lobby empresariais e as associações comerciais que representam seus interesses, são também atores principais na trama da obstrução climática britânica. Empresas como a BP e associações como a *Confederation of British Industry* (que possui escritórios em várias partes do mundo) e a *UK Petroleum Industry Association*, mobilizam estratégias variadas para garantir sua influência sobre as políticas climáticas, como a ameaça da retirada de capital do país, com consequentes prejuízos sociais como a perda de emprego e de impostos, financiamento de partidos e candidatos que se opõem à ação climática, acesso a espaços decisórios e aos formuladores de políticas públicas, dentre outras (Daley *et al.*, 2024, p.36).

Nesse sentido, as doações desses setores para políticos inclui ministros climáticos, como Graham Stuart (2022-2024), que recebeu 12 mil libras de um dos maiores distribuidores de combustíveis do Reino Unido, partidos, como o Conservador, que recebeu mais de 390 mil libras de executivos do petróleo após a vitória de Theresa May em julho de 2016, até primeiros-ministros, como Liz Truss (ela própria uma ex-funcionária da Shell), que recebeu a maior contribuição de sua campanha para o cargo da esposa de um ex-executivo da BP (Daley *et al.*, 2024, p.40). Desse modo, essas empresas conseguiram garantir um contato especial com o poder e privilégios como isenções fiscais, a título da Shell e da BP que, durante 2020 e 2023 não pagaram praticamente nenhum imposto sobre a produção de óleo e gás no Mar do Norte.

Portanto, procurou-se delinear os principais agentes, discursos e ações mobilizadas para negar, atrasar e bloquear a agenda climática no Reino Unido, explicitando suas conexões transnacionais, em especial com o CMC estadunidense. Como nesse último, há uma grande participação de atores ligados aos setores econômicos fósseis e de orientação conservadora, que se opõem às políticas climáticas a partir da ideologia neoliberal, com o objetivo principal de impedir a interferência do Estado na liberdade econômica, para que se possa produzir sem qualquer restrição que leve em conta impactos climáticos, e individuais, para que se mantenha um modo de vida individualista, intensivamente consumista e no qual os papéis sociais tradicionais permaneçam preservados (Mckie, 2023, p.6).

4 A OBSTRUÇÃO CLIMÁTICA NO BRASIL DURANTE O GOVERNO BOLSONARO E SUAS CONEXÕES TRANSNACIONAIS

Nesta seção, temos como objetivo responder à pergunta de pesquisa: de que modo as redes transnacionais de obstrução climática contribuíram para a negação e o bloqueio da agenda climática no Brasil durante o governo Bolsonaro? Antes, será feita uma breve revisão da literatura produzida sobre a obstrução climática no país e a apresentação de um histórico não exaustivo de sua manifestação no cenário político nacional. Depois, será explicitada sua estrutura de funcionamento, com seus atores, práticas e narrativas já mapeados até aqui, e serão evidenciadas suas conexões transnacionais, com ênfase no período do governo Bolsonaro.

Como já dito anteriormente, tendo em vista a concentração da literatura sobre negacionismo, atraso e obstrução climática nos países centrais, o estudo do tema em países (semi)periféricos traz a oportunidade de adicionar mais nuances a um fenômeno que tem se mostrado bastante semelhante dentre aqueles, e que muitas vezes é universalizado (Edwards *et al.*, 2023; Mckie, 2023). No entanto, os contextos de emissões e das economias são muito distintos e influenciam profundamente os diferentes cenários da obstrução. Nos EUA, por exemplo, de onde deriva a maior parte da literatura sobre o tema, 76% das emissões se originam dos setores de transporte (27%), eletricidade (25%) e industrial (24%) (Mendes, Viola, 2023). Já na UE, 80% das emissões são decorrentes da energia (60%) e do transporte (19,7%) (Mendes, Viola, 2023). Assim, tendo em vista que a maior parte desse impacto climático decorre da queima de combustíveis fósseis, o setor geralmente representa o maior obstáculo às ações de mitigação nos países centrais.

Um fator adicional para realizar esse esforço é o fato de que, em seu processo de desenvolvimento econômico nas últimas décadas, inserido na lógica moderna de um jogo de soma zero entre economia e natureza (Milani; Pinto; Facini, 2024), alguns dos países do Sul geopolítico têm conquistado posições dentre os maiores emissores globais de GEE. Sendo assim, muito embora seja essencial analisar os motivos por trás do atraso na mitigação e na adaptação climática nos países ricos, os maiores responsáveis históricos pela emergência climática, é preciso também endereçar os desafios que se interpõem na agenda climática nas economias emergentes de alta emissão.

No caso da América Latina, o Brasil não só ocupa a posição de liderança regional, como também é o sexto maior emissor de GEE do mundo (SEEG, 2023). Assim como a maioria dos

países da região, o Brasil é profundamente marcado pelo legado colonial, que configurou economias voltadas para a exploração predatória de matérias-primas destinadas à exportação, tendo como base o latifúndio escravocrata. Esse processo se reproduziu por séculos, tornando a posse de vastas extensões de terra não só um dos principais atributos do poder até hoje, como também uma das disputas políticas centrais ao longo da história brasileira, entre aqueles que propunham projetos de reforma agrária e aqueles que desejavam manter seus privilégios de grandes proprietários.

Tudo isso criou uma dependência de trajetória em que, mesmo após um curto período de intensa industrialização durante a segunda metade do século XX, o Brasil esteja atualmente sob um processo de desindustrialização e reprimarização da economia, com crescimento da importância do agronegócio na política, na participação do PIB e, conseqüentemente, nas emissões de GEE. Como prova disso, constam o fato de que, na 57ª legislatura (2023-2026), 58,4% do Congresso Nacional integra a Frente Parlamentar Agropecuária e de que o desmatamento, as mudanças no uso da terra e a atividade agrícola representam mais de 70% da contribuição nacional para as mudanças climáticas (SEEG, 2023). Mesmo assim, a obstrução climática capitaneada pelo setor agropecuário é muito pouco estudada, tendo em vista a lacuna de pesquisas advindas do Sul geopolítico, no qual se encontram os principais países produtores de *commodities*.

Além disso, apesar de o Brasil ser reconhecido por sua matriz energética limpa (o que não se deve, entretanto, a razões climáticas e ambientais, mas sim a determinada concepção sobre o desenvolvimento nacional calcada na realização de grandes obras de infraestrutura), tendo a maior parte de sua eletricidade decorrente de usinas hidrelétricas e com grande projeção na área de biocombustíveis, essa tem passado por um processo de carbonização crescente. Isso se deve tanto ao declínio do investimento nos projetos de hidrelétricas em um contexto de demanda energética crescente, que promoveu a expansão de indústrias termelétricas, quanto à descoberta do pré-sal em 2007, que tirou o foco nos biocombustíveis e fez com que governos de diferentes matizes ideológicas apostassem nos combustíveis fósseis como motor do desenvolvimento nacional (Pereira, Viola, 2021).

Portanto, percebe-se que a economia política brasileira e sua matriz de emissões é marcada pela predominância do agronegócio. Além disso, concepções predatórias de desenvolvimento de diferentes governos contribuem para a perpetuação de práticas econômicas social e ambientalmente destrutivas. Esses elementos, junto à ascensão da extrema-direita na política brasileira em anos recentes, são os principais componentes do

‘quadro’ da obstrução climática no Brasil, que, somados ao auxílio financeiro e logístico das RTOC, exercem uma importante resistência ao avanço da agenda climática no país.

4.1 AS PRODUÇÕES SOBRE NEGACIONISMO E OBSTRUÇÃO CLIMÁTICA NO BRASIL

Após a exposição de um panorama geral do cenário brasileiro, esta seção fará uma breve revisão da literatura ainda incipiente, mas crescente sobre o negacionismo e a obstrução climática no país, de modo a apresentar como os estudiosos, brasileiros e estrangeiros, têm analisado esse fenômeno até aqui.

As produções sobre negacionismo e a obstrução climática no Brasil são recentes, mas se intensificaram a partir do governo de Jair Bolsonaro, marcado não só pelo negacionismo climático, mas também da Covid-19, das vacinas e da ciência e dos cientistas no geral (Milani; Pinto; Facini, 2024). Os primeiros textos sobre o tema surgem por volta de 2010, no seio de uma reflexão mais ampla sobre a emergência climática (Danowski, 2012) ou como apenas mais um exemplo de negacionismo científico (Pasternak; Orsi, 2021; Orsi, 2022 *apud* Milani; Pinto; Facini, 2024). No entanto, a conexão entre o negacionismo e as políticas de obstrução climática estão ainda em seu início (Franchini *et al.*, 2020; Miguel, 2022).

Danowski (2012), na primeira contribuição sobre o tema, advinda do campo da filosofia, não apenas destaca que o negacionismo deriva, em parte, da dificuldade de apreensão do fenômeno devido a sua natureza complexa, mas entende, na esteira de Oreskes e Conway (2011), que os principais responsáveis pelo atraso de uma resposta social e política adequada ao problema são as empresas de combustíveis fósseis, que realizam grandes esforços para semear dúvidas entre o público e os tomadores de decisão de que há uma controvérsia científica sobre o tema. Além disso, esboça uma definição abrangente de negacionismo climático, que compreenderia toda a negação da necessidade de superação da civilização capitalista industrial, a real causa do fenômeno. Contudo, percebe-se que a autora, em uma reflexão ainda preliminar, adota uma análise vaga e importada, que não nos auxilia muito na compreensão das particularidades nacionais desse fenômeno.

A essa visão mais ampla contrapõe-se Leite (2015 *apud* Milani; Pinto; Facini, 2024), para quem o “ceticismo” climático é um fenômeno estritamente anglo-saxão, que não diz respeito à realidade brasileira. O autor adota a perspectiva da maior parte da literatura dos

países centrais, para quem o CMC desenvolvido nos EUA e sua difusão transnacional são o principal fator por trás da contestação à agenda climática.

Já algumas pesquisas realizadas por estrangeiros sobre a realidade brasileira, geralmente em estudos de caráter comparativo, nos revelam um pouco mais sobre o perfil daqueles que negam as mudanças climáticas. Como exemplo, na busca de compreender o negacionismo climático no Brasil e na Suécia, pesquisadores revelaram que, no primeiro, havia uma relação direta entre o gênero masculino e o negacionismo climático, embora esse não tivesse correlação com uma orientação política conservadora, sendo visões que defendem as estruturas dominantes (*Social Dominant Orientation*) e a existência de uma hierarquia entre grupos sociais melhores preditores de posturas anti-clima (Jylha *et al.*, 2016, p.186). Os autores explicam isso baseado no fato de que, à época, o país atravessava um momento turbulento na economia e na política (Jornadas de Junho de 2013, crise econômica, processo de impeachment etc.), que levou ao declínio da atenção pública e política sobre o tema, tornando-o menos importante e polarizado.

Alguns anos mais tarde, a pesquisadora portuguesa Mariana Riquito (2021) aponta, em conformidade com a literatura que indica a predominância de homens brancos conservadores entre os negacionistas no clima (McCright, Dunlap, 2011; Poortinga *et al.*, 2011), que líderes masculinos de extrema-direita, como Jair Bolsonaro e Donald Trump, tendem a adotar discursos e medidas negacionistas baseados em narrativas misóginas. Isso se deve à ameaça que as mudanças exigidas nas estruturas sociais, políticas e econômicas vigentes pela emergência climática representam para uma ordem calcada no capitalismo fóssil, que sustenta tanto os lucros de empresários (homens brancos do Norte global em sua maioria) quanto o papel de masculinidade dos trabalhadores, e na dominação patriarcal branca (Riquito, 2021, p.23). Ou seja, com o avanço da extrema-direita no Brasil, aparentemente o tema das mudanças climáticas se politizou e se polarizou, tornando a orientação política conservadora e de extrema-direita uma variável importante na previsão de posturas negacionistas do clima.

Isso está em conformidade com as leituras de Pasternak e Orsi (2021), que argumentam que o negacionismo científico geralmente surge como reação de grupos que sentem seu poder ou senso de identidade ameaçados pelos fatos apresentados pela ciência (Milani; Pinto; Facini, 2024). Ao que Orsi (2022) completa que o negacionismo funciona de modo proteger os maiores responsáveis pela emergência climática de sua responsabilidade e de seu impacto psicológico, sendo mais comum dentre as elites industriais e financeiras.

São interessantes também algumas pesquisas, ainda muito restritas, feitas sobre o negacionismo climático na internet brasileira. Em um estudo sobre como as mudanças

climáticas são abordadas na Wikipédia em língua portuguesa, descobriu-se que os artigos mais acessados sobre o tema, como “Aquecimento Global”, estão de acordo com o consenso científico, embora por muito tempo (até 2012) tenha oferecido espaço a visões negacionistas (Costa; Cuckierman, 2019, p.8). Além disso, nem todos os artigos, sobretudo os de menor acesso, afirmam a ciência climática com a mesma veemência, sofrendo, inclusive, contestações esporádicas (Costa; Cuckierman, 2019, p.15), o que revela a persistência de disputas em torno da realidade das mudanças climáticas antropogênicas.

Outros autores, entretanto, encontraram pouca prevalência desses discursos em algumas mídias sociais. Nesse sentido, Andrade, Barreto e Henriques (2020), analisaram a repercussão das chuvas de abril de 2019 no Rio de Janeiro no Twitter (atualmente, “X”) e perceberam que publicações críticas a posturas negacionistas das lideranças políticas predominaram sobre discursos negacionistas. No entanto, a baixa representatividade da rede social escolhida e dos eventos e da escala temporal analisados impedem uma generalização desses achados.

Se aproximando dos negacionistas proeminentes no Brasil e seus discursos, Garcez (2021), por meio da análise de três livros de destaque dessa corrente⁴, percebe o negacionismo climático como uma espécie de “ponto de encontro” de vertentes da direita brasileira (Garcez, 2021, p.8), sobretudo militares, ruralistas e monarquistas. O autor participa do entendimento de Latour (2020) de que, mais do que um fenômeno psicológico ou cognitivo, o negacionismo é uma atitude deliberada, mobilizada principalmente pelas elites como modo de repassar os custos de seus privilégios e modo de vida predatório para os outros.

Nesse sentido, enquanto o negacionismo climático nos países centrais seria uma forma de garantir a própria sobrevivência em detrimento do “resto” global, sua prática nos países periféricos seria uma lógica “sucidiária”, partindo da atualização do colonialismo no presente (Garcez, 2021, p.6). Sendo assim, os principais argumentos mobilizados pelos livros têm em comum a crença de que a emergência climática não existe e a identificação de um inimigo, seja a “oligarquia anglo-americana” (Carrasco *apud* Garcez, 2021, p.6), sejam os “comunistas travestidos de ecologistas” (Orleans e Bragança, 2012 *apud* Garcez, 2021, p.6), que mobilizam os discursos ambientalistas e em defesa dos direitos humanos como instrumento geopolítico para ameaçar a soberania brasileira e explorar as riquezas naturais do país, tendo a Amazônia como alvo principal. Partindo dessa lógica, o tratamento adequado para esses territórios ‘ameaçados’ seria a atualização da lógica colonial por meio da promoção da

⁴ São eles: *A Farsa Ianomâmi* (1995), de Carlos A. Menna Barreto; *A Máfia Verde* (2001), de Lorenzo Carrasco; e *Psicose Ambientalista* (2012), de Dom Bertrand de Orleans e Bragança.

exploração (predatória) de seus ‘recursos’, de modo a afirmar a presença soberana do Estado, promover o desenvolvimento da região e afastar ameaças externas.

Sendo assim, a literatura brasileira sobre o assunto ainda é pouco extensa e deve seu crescimento muito em reação à conjuntura política do governo Bolsonaro, que projetou posturas até então marginais no debate público. Enquanto abundam perspectivas filosóficas, ensaísticas, psicológicas e epistemológicas sobre o tema, com muitas divergências em torno da amplitude do conceito, ainda há a necessidade de mais esforços para entender a manifestação empírica do negacionismo e das políticas de obstrução, de modo a oferecer uma compreensão mais sofisticada sobre seus atores, estratégias, narrativas, conexões, financiamento, dentre outros (Milani; Pinto; Facini, 2024). É nesse sentido que as próximas seções buscam retratar os achados das pesquisas já existentes sobre a obstrução climática, em sua trajetória ao longo do tempo, com destaque, ao final, para suas conexões transnacionais.

4.2 HISTÓRICO DA OBSTRUÇÃO CLIMÁTICA NO BRASIL

Nesta parte, apresentaremos alguns dos principais momentos da obstrução climática no Brasil, traçando seu desenvolvimento desde suas manifestações iniciais até pouco antes do governo Bolsonaro. Assim, o primeiro artigo sobre o “aquecimento global” publicado na mídia impressa brasileira apareceu na *Folha de São Paulo* em 1978, escrito pelo renomado cientista e médico José Reis, um dos fundadores da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (Hochsprung Miguel, 2022). Esse era intitulado "Volta ao carvão pode alterar clima" e tratava do relatório "Dióxido de Carbono e Clima: Uma Avaliação Científica", publicado nos EUA no mesmo ano, com vistas a alertar as autoridades e a comunidade científica para os efeitos climáticos do aumento da emissão de dióxido de carbono na atmosfera. O fenômeno, no entanto, só volta a receber atenção de maneira mais intensa na década de 1990, com um aumento de aparições na mídia brasileira por volta de 1994, mas ganhando mais destaque a partir de 1998, com a assinatura do Protocolo de Kyoto pelo país (Hochsprung Miguel, 2022).

A partir daí, surgem algumas iniciativas pró-clima, sobretudo durante os governos Lula, e com Marina Silva e Carlos Minc na direção do MMA, como a implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), a retomada de programas de estímulo aos biocombustíveis e o combate ao desmatamento. Além disso, há a elaboração do primeiro

plano climático nacional em 2007 e o estabelecimento da PNMC e dos compromissos voluntários de redução de GEE em 2009 (Pereira, Viola, 2021).

Como mostra a literatura dos países centrais, a obstrução emerge com mais força justamente nos momentos em que as mudanças climáticas conquistam espaço na mídia e nas políticas públicas. É nesse sentido que em 2007 há o *début* do negacionismo climático no debate público brasileiro. Esse ano foi marcado por uma alta visibilidade da agenda climática, com a publicação do Quarto Relatório de Avaliação do IPCC, que declara como “inequívoco” o aquecimento do sistema climático, a entrega do Oscar ao documentário sobre as mudanças climáticas “*Uma Verdade Inconveniente*”, produzido pelo ex-vice-presidente dos EUA e ambientalista Al Gore, e a publicação do primeiro estudo brasileiro sobre as projeções de impacto das alterações do clima sobre o país pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) (Hochsprung Miguel, 2022).

No entanto, em maio de 2007, Olavo de Carvalho publica, no *Diário do Comércio*, o artigo “Ciência ou Palhaçada”, no qual, para além de criticar Al Gore e seu filme, nega a existência do aquecimento global, que seria sustentada por uma aliança entre os principais meios de comunicação, as organizações internacionais, os “esquerdistas” e os super-ricos. Alguns meses mais tarde, em novembro, o ex-reitor da UnB e militar José Carlos de Almeida Azevedo escreve no *Estado de São Paulo* o artigo “O Aquecimento da Terra”, em que não nega o fenômeno da emergência climática, mas o atribui a causas naturais, como a energia solar, e critica o IPCC como órgão político, em um típico exemplo de negacionismo das atribuições, em que se nega não o problema, mas sua responsabilidade sobre ele (Hochsprung Miguel, 2022).

No entanto, o momento que representou uma guinada a partir da qual os negacionistas climáticos passaram a influir de maneira mais direta nas políticas públicas foram os debates, entre 2009 e 2012, para reformulação do Código Florestal, criado em 1934 e atualizado em 1965 para regular o uso da terra e a exploração florestal no país (Hochsprung Miguel, 2022). A proposta partia do PL 1876/1999, formulada pela FPA, com o objetivo principal de regularizar as diversas propriedades que não cumpriam com os requisitos ambientais e estavam sob pesadas multas. A comissão foi presidida por Moacir Micheletto (PMDB/PR) e teve Aldo Rebelo (PCdoB/SP) como relator. Ao final, a proposta ruralista foi bem sucedida, resultando numa grande anistia a proprietários rurais que cometeram infrações até 22 de julho de 2008 e a redução das áreas de reserva legal de 80% para 50% em municípios com terras indígenas (Pompeu, 2018).

Parte da estratégia ruralista para a aprovação do novo Código foi a convocação de negacionistas climáticos para as audiências públicas que discutiam o tema, pondo-os em situação de igualdade com cientistas renomados. Nesse sentido, em novembro de 2009, Luis Carlos Heinze (PP/RS), líder da bancada ruralista à época, convidou José Carlos de Almeida Azevedo, o mesmo físico que escreveu um dos primeiros artigos negacionistas do clima na mídia brasileira, para discutir a relação entre mudanças climáticas e desmatamento, a apenas um mês antes da COP 15. Em sua fala, Azevedo reiterou seus argumentos de que o aquecimento global ainda não era um fato científico estabelecido, que sofria influências de fatores naturais e que a legislação não só não traria nenhum tipo de benefício, mas que era fruto de um argumento geopolítico que impactaria negativamente o desenvolvimento do país (Hochsprung Miguel, 2022).

O físico havia apresentado, pouco antes, no XII Congresso Brasileiro de Geoquímica, um trabalho com os mesmos argumentos, que foi compartilhado com os deputados federais na audiência, destacando como importante, ao final, o relatório “*Climate change reconsidered*” do “Painel não governamental sobre mudanças climáticas” (NIPCC), criado por Fred Singer, já mencionado na seção sobre os EUA, para disputar narrativamente com o IPCC. Para Miguel (2022, p.300), a referência aos trabalhos de negacionistas dos EUA revelam já uma articulação transnacional em forma de rede, com a estruturação de um discurso bem sustentado, que combina elementos liberais e nacionalistas, retratando as mudanças climáticas como uma ameaça tanto à economia quanto à soberania nacional, o que seria o sinal de uma fase avançada do negacionismo climático brasileiro.

Posteriormente, Aldo Rebelo convidou Luiz Carlos Baldicero Molion, um dos negacionistas climáticos mais conhecidos do país, a comparecer à audiência pública, a seis dias da COP de Copenhague. Esse meteorologista e professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) argumentou, dentre outras coisas, que o CO₂ não impacta o clima global, que seu aumento seria benéfico e que não se deveria evitar o desmatamento em consideração ao seu aumento (Hochsprung Miguel, 2022). As falas de Molion não são originais e remetem bastante aos discursos originados nos EUA dos *carbon vitalists*, que defendem as vantagens do acréscimo de dióxido de carbono à atmosfera, evidenciando a influência das RTOC, mesmo que indireta, na construção de discursos fora de seus locais de origem.

A isso, Rebelo complementou, em uma versão ‘de esquerda’ do negacionismo climático, que as pressões ambientalistas seriam fruto do interesse internacional em prejudicar o Brasil na competição por mercados, em uma atualização do colonialismo (agora ‘verde’), para manter o país em uma posição subserviente no sistema interestatal. Nessa perspectiva, as

leis ambientais seriam danosas à produtividade da agricultura, impactando os pequenos produtores mais vulneráveis, aumentando a pobreza e impedindo o desenvolvimento nacional (Hochsprung Miguel, 2022).

Nesse ponto, é possível dizer que o negacionismo climático funciona como uma espécie de amálgama em que se unem (de maneira contraditória) ruralistas e liberais, que defendem a livre exploração da propriedade privada sem a intervenção estatal, e os desenvolvimentistas, que retratam a agenda climática como ameaça à soberania e ao desenvolvimento nacional. Esse discurso opera de modo a dissociar as mudanças climáticas do desmatamento, com o objetivo de promover a desregulamentação das leis de proteção florestal, em particular, e o enfraquecimento de todo o sistema de governança ambiental e climática, incluindo os compromissos internacionais (Hochsprung Miguel, 2022). Ademais, são visões que não declinam o sentido do desenvolvimento, nem sequer o tensionam com desigualdade econômica, exclusão social, reforma agrária ou relações urbano-rural. Nesse sentido, os institutos e think tanks liberais brasileiros, fundados, como veremos posteriormente, com inspiração e apoio das RTOC, articulam, ao mesmo tempo, o neoliberalismo econômico e o negacionismo climático importados, atualizando-os em um novo contexto na defesa do setor agropecuário.

Outro fator importante para a obstrução climática no Brasil, que também desempenhou papel central no cenário estadunidense, como mencionado, foi a tentativa da mídia de produzir um 'balanceamento' de informações sobre o tema das mudanças climáticas. Isso não só confere visibilidade aos negacionistas, mas também contribui para legitimar suas posições em igualdade com a ciência (Oreskes; Conways, 2011)

Assim, em 2012, se aproveitando de mais um momento de atenção sobre a agenda climática, Ricardo Felício, ex-militar e à época professor da Universidade de São Paulo (USP), foi entrevistado no tradicional programa de Jô Soares, às vésperas da Rio+20 e do prazo final para o veto da presidente Dilma do novo Código Florestal e, posteriormente, no programa de Ronnie Von. Nessas ocasiões, difundiu, para uma ampla audiência, várias informações falsas, declarando que o aquecimento global era apenas uma hipótese, negando o derretimento dos polos e a influência da Amazônia sobre o clima terrestre (Hochsprung Miguel, 2022).

No mesmo ano, 18 professores universitários brasileiros, incluindo Molion e Felício, enviaram uma carta pública à presidente Dilma, intitulada “Mudanças Climáticas: hora de recobrar o bom senso” e publicada no *Correio Braziliense*, com diversas afirmações negacionistas da ciência climática. Essa enfatizava os efeitos negativos de ações para

enfrentar a questão, além de pedir ao governo que abandonasse o “alarmismo ambientalista” em prol da promoção do desenvolvimento nacional. Não só Molion republica-a em uma coluna na *Folha*, como também o *Jornal Nacional* exhibe uma matéria sobre o assunto. A replicação desse conteúdo se tornou ainda mais intensa com a popularização das redes sociais, com o Youtube despontando como um dos principais meios de divulgação do discurso negacionista climático, sobretudo em canais ligados à extrema-direita, aos conservadores (Nando Moura; MBL; Terça Livre) e aos ruralistas (Espaço Aprosoja; Sucesso no Campo), geralmente com a participação de um dos negacionistas mencionados (Hochsprung Miguel, 2022).

Uma das formas pelas quais o negacionismo climático foi posto a serviço dos interesses econômicos do agronegócio foi por meio da contratação de palestras de negacionistas ‘ilustres’, nacionais e estrangeiros, pelo setor. Em março de 2010, por exemplo, o dinamarquês Bjork Lomborg, autor do famoso livro “*The Skeptical Environmentalist*” (2011), e Patrick Michaels, pesquisador sênior do *Cato Institute*, uma das principais organizações envolvidas no CMC, foram convidados pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) para palestrar no “Fórum Internacional de Estudos Estratégicos para Desenvolvimento Agropecuário e Respeito ao Clima” (FEED 2010), com o objetivo de discutir os desenvolvimentos da COP 15 (Hochsprung Miguel, 2022).

Já dentre os brasileiros, Molion realizou, só em 2018, mais de 50 palestras por todo o país, contratado por empresas do agronegócio (nacionais e internacionais), associações de produtores rurais e prefeituras e governos estaduais, principalmente de estado vinculados ao setor. Tudo isso reforça a ideia de que o negacionismo climático é mobilizado estrategicamente por atores vinculados ao agronegócio para auxiliar no esforço de desmonte da governança ambiental e climática, que limita a produtividade e gera custos ao setor, se fortalecendo durante momentos cruciais para a agenda (Hochsprung Miguel, 2022).

Por fim, Miguel (2022) ressalta a função do negacionismo climático como um elemento de articulação de narrativas diversas, como o liberalismo econômico, o nacionalismo e o cristianismo (sobretudo católico) em uma visão de mundo coerente. Todas, no entanto, de uma forma ou de outra, mesmo que contraditórias (como no caso do liberalismo e do nacionalismo), convergem para a defesa do agronegócio - seja como forma de expressão da vocação econômica natural do Brasil (nas veias do liberalismo clássico Ricardiano), como motor do desenvolvimento nacional (desenvolvimentistas) ou como a afirmação do antropocentrismo contra o neopaganismo promovido pelas visões ambientalistas (católicos).

Essas visões são explicitadas de maneira mais clara por meio da publicação de livros por pequenas editoras católicas ou ligadas ao agronegócio e traduções de negacionistas climáticos estrangeiros. Em sua análise dessas obras, Miguel (2022) conclui que os autores nacionais, agregam pouco aos argumentos dos autores estrangeiros, mas os adaptam para que se encaixem em questões ligadas ao agronegócio.

A maior parte dos discursos trabalhados gira em torno de críticas ao IPCC ou de visões conspiracionistas sobre uma ordem global dominada pelos comunistas, globalistas, dentre outros que supostamente compartilham o objetivo de destruir a civilização ocidental capitalista e cristã. No primeiro caso, a principal fonte das críticas ao painel da ONU é o já mencionado NIPCC e os TTCs do contramovimento climático dos EUA, que o atacam como um órgão político sem validade científica e praticante de censura contra visões divergentes, ao mesmo tempo em que questionam a ciência climática. Isso se conecta à segunda parte do argumento, que acredita que as mudanças climáticas são fruto de uma fraude articulada pelas instituições científicas, midiáticas, políticas e econômicas mais poderosas do mundo, em prol da manutenção de sua hegemonia, em detrimento dos países emergentes, e para a destruição dos valores tradicionais (Hochsprung Miguel, 2022).

Mais pesquisas são necessárias sobre esse campo da obstrução climática no Brasil. No entanto, essas perspectivas entendem a agenda climática não só como uma ameaça à soberania e à economia, mas à própria subjetividade do sujeito ocidental. Esses argumentos são importantes para compreender os discursos de alguns dos autores que aparecem com mais detalhes na próxima seção, que trata da influência das redes transnacionais de obstrução climática no Brasil durante o governo Bolsonaro. Esse período representa o ápice do processo de negação, atraso e bloqueio da agenda climática no país, que durante um longo período foi desenvolvendo seus argumentos, em conexão com atores transnacionais, ensaiando estratégias variadas e incidindo sobre os debates e as políticas públicas, mas que não havia, ainda, alcançado oficialmente a posição de maior poder e influência sobre a agenda climática: a Presidência da República.

4.3 AS REDES TRANSNACIONAIS DE OBSTRUÇÃO CLIMÁTICA E SUA INCIDÊNCIA DURANTE O GOVERNO BOLSONARO

Nesta seção, analisaremos mais detalhadamente de que modo as RTOC contribuíram para negar, atrasar e bloquear a agenda climática no Brasil, com foco no governo Bolsonaro.

Como visto, a literatura sobre o tema no país ainda pouco explorou sua dimensão transnacional. Nesse sentido, serão descritos os principais atores, estratégias e narrativas empregados na obstrução climática no Brasil durante o governo Bolsonaro, bem com os modos de incidência das RTOC no país durante o período.

4.3.1 DINÂMICA DA OBSTRUÇÃO CLIMÁTICA NO BRASIL DURANTE O GOVERNO BOLSONARO

A ascensão de Jair Bolsonaro à presidência, em 2019, marca o início de um período em que a obstrução climática se torna política governamental, assumindo o negacionismo científico como discurso oficial em suas diversas vertentes, seja em relação à pandemia e às vacinas de COVID-19, seja referente às mudanças climáticas. Como já vimos, os esforços intencionais para negar, atrasar e bloquear a agenda climática não se iniciaram com ele, mas é durante seu governo que saem da posição de marginalidade e que ocupam lugar central na retórica e nas políticas públicas.

Sua eleição tem diversas razões nacionais, ligadas a um desejo vago por renovação política (muito embora o candidato eleito tenha sido parlamentar por quase três décadas), um antipetismo enraizado, preocupações com a segurança pública e a consolidação de um movimento conservador no país, dentre várias outras (Pereira; Viola, 2021). No entanto, o fenômeno é também uma das expressões mais importantes da ascensão internacional da extrema-direita, exemplificados por eventos como o Brexit (2016), a eleição de Donald Trump (2016) e o crescimento da Frente Nacional na França e do AfD na Alemanha (Ekberg *et al.*, 2022).

A literatura sobre o tema parece indicar uma clara relação entre lideranças e apoiadores da extrema-direita e o negacionismo climático (Ekberg *et al.*, 2022). Esse grupo subiu ao poder em anos recentes construindo seu capital político sob a descrença de uma expressiva parcela dos eleitores nas elites políticas e na capacidade das democracias liberais de melhorar as vidas das pessoas (Ekberg *et al.*, 2022, p.69). Os valores e crenças dessa orientação política incluem, como elementos principais, a essencialização de desigualdades socialmente construídas (de gênero, raça, etnia, nacionalidade, etc.) e visões autoritárias.

Pesquisas recentes demonstram que a maior parte daqueles associados à extrema-direita, líderes ou apoiadores, tendem a assumir posições negacionistas do clima, seja a partir do negacionismo literal (cada vez menor), seja aceitando ciência, mas obstruindo e questionando

os processos decisórios e as políticas para endereçar a questão climática (Ekberg *et al.*, 2022). No primeiro caso, há uma forte visão conspiracionista, que embora seja mais frequente em ambos os extremos do espectro político, é mais presente na extrema-direita quando se trata de assuntos científicos (Ekberg *et al.*, 2022). No último, dois argumentos principais são mobilizados - narrativas que alertam para a possível destruição do Estado-Nação por forças supranacionais (nova ordem mundial; governo global etc.) e aquelas que acusam o debate climático como irracional (alarmismo, histeria, dentre outros).

Isso pode ser explicado, no âmbito ideológico, por uma forte aversão desse grupo a fenômenos globais e abstratos, que não podem ser compreendidos e abordados apenas no interior das fronteiras nacionais. Nessa concepção, as mudanças climáticas são associadas a uma perspectiva cosmopolita e elitista, que leva ao medo de perda da soberania. Além disso, há que se levar em conta as ansiedades produzidas nesses homens, que compõem a maior parte dos líderes e apoiadores da extrema-direita, pela perspectiva da perda de seus papéis de gênero vinculados a trabalhos 'masculinos' em setores econômicos de alta emissão, no caso dos operários, e da redução de seus lucros, no caso dos executivos (Ekberg *et al.*, 2022).

O governo foi composto, durante a maior parte, por alguns 'núcleos estratégicos' (Pereira; Viola, 2021) que disputavam espaço interno entre si: os (neo)liberais, voltados para o mercado, que ocupavam ministérios como os da Economia, Infraestrutura e Minas e Energia; o dos evangélicos, em ministérios como o da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; o dos 'olavistas', presentes no Ministério do Meio Ambiente (MMA), no Ministério das Relações Exteriores (MRE) e, por algum tempo, no Ministério da Educação; e o dos militares, no Gabinete de Segurança Institucional; no Ministério da Defesa, dentre outros. Além disso, no Congresso, a base ideológica do governo estava ancorada nas bancadas dos ruralistas, das forças de segurança e dos neopentecostais.

O grupo dos olavistas, composto por ministros nomeados sob grande influência de Olavo de Carvalho (alguns dos quais foram alunos de seus cursos online), foi o mais ativo na tentativa de obstruir a agenda climática. Durante seu período como chanceler, Ernesto Araújo (2019-2021) replicou visões de Olavo, seu mentor intelectual, sobre as mudanças climáticas, mas que não tinham nada de original em relação às narrativas dos negacionistas estrangeiros, o que aponta para como o CMC se transnacionaliza por meio do compartilhamento de narrativas comuns (Hochsprung Miguel, 2022).

Nesse sentido, Araújo, exemplificando a validade das explicações de Ekberg (2022), já havia escrito em seu *blog* pessoal, antes de ser nomeado, que o aquecimento global ou "climatismo", era uma ideologia de esquerda mobilizada com o propósito de "aumento do

poder regulador dos Estados” sobre a vida dos indivíduos e a partir do interesses das organizações internacionais de limitar a soberania estatal, contribuindo, ao todo, para o fortalecimento da China e para a submissão das liberdades individuais e dos países capitalistas, democráticos, ocidentais e cristãos (Bragança, 2018). Ao mesmo tempo, Araújo não trazia esses argumentos apenas para agradar a base ideológica do governo, mas também em defesa de seu outro pilar - o agronegócio. Prova disso é que, na mesma audiência da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados em que afirmou que há “[...]manipulação política e o uso político desse alarme em relação à temperatura[...]”, declarou como um dos objetivos do governo “[...]elevar a participação agrícola brasileira no comércio mundial de 7% para 10% em dois anos.” (Câmara dos Deputados, 2019).

Na arena internacional, o Brasil se tornou um pária nas discussões climáticas multilaterais, com o alinhamento de ações entre o MRE de Araújo e o MMA de Ricardo Salles. Assim, o governo não só retirou a oferta de sediar a COP 25, que ocorreu em Madri, mas constrangeu a delegação oficial que foi à conferência, designando quatro agentes da Abin para espioná-la e proibindo que diplomatas dialogassem com a sociedade civil (OC, 2023, p.40). O governo também sabotou suas metas de redução de emissões, as NDCs, em duas ocasiões. O compromisso inicial do país com o Acordo de Paris, em 2015, era o de reduzir em 37% suas emissões até 2025, podendo chegar a 43% até 2030, em relação aos níveis de 2005, ano de emissões particularmente elevadas. No entanto, em 2020 o governo manteve a meta, mas mudou sua base de cálculo, usando como referência o Terceiro Inventário Nacional, que mostrava um valor de emissões em 2005 muito mais alto que o do Segundo Inventário utilizado originalmente, o que garantia um "passe livre" para que o país emitisse 400 milhões de toneladas a mais do que na meta original, estratégia também utilizada na COP 26, em 2021 (OC, 2023, p.41).

Outra peça fundamental da obstrução climática durante o governo Bolsonaro foi o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles (2019-2021), que já havia ocupado a gestão da secretaria ambiental do Estado de São Paulo (2016-2017), durante a qual foi acusado de alterar ilegalmente o plano de manejo da várzea do rio Tietê para beneficiar interesses privados (Hochsprung Miguel, 2020). Além disso, o ministro expressava posicionamentos negacionistas, afirmando que a mudança do clima se devia à “dinâmica geológica da Terra” e que a ciência sobre o tema era incerta, replicando os argumentos dos mercadores da dúvida (Oreskes e Conway, 2011).

Em um momento polêmico, Salles declarou, durante uma reunião interministerial durante a pandemia, que era preciso aproveitar o foco da imprensa sobre a crise sanitária para

“passar a boiada” e mudar regras de proteção ambiental e da agricultura que pudessem ser questionadas na justiça, o que demonstra as prioridades de sua gestão (G1, 2020). Em outra ocasião, discutiu com Ricardo Galvão, ex-presidente do INPE exonerado por Bolsonaro em 2019, após a divulgação de dados de desmatamento pelo instituto, acusando a ciência brasileira de estar aparelhada ideologicamente pela esquerda contra os Estados Unidos (Hochsprung Miguel, 2020).

Outra figura importante nesse quadro é Evaristo de Miranda, chefe da Embrapa Territorial e responsável pela indicação de Salles (Esteves, 2021). Ele é famoso por manipular dados ambientais, minimizando as áreas desmatadas, que são replicados por vários atores que buscam reduzir as áreas de proteção ambiental e reservas indígenas e quilombolas, argumentando, a partir dessas informações, que o Brasil é um dos países que mais preserva o meio ambiente no mundo. Para Evaristo e Salles, o problema ambiental do Brasil não diz respeito ao desmatamento, mas é uma questão principalmente de saneamento básico nas cidades (Esteves, 2021).

Além da indicação, Miranda influenciou várias das medidas de obstrução à agenda ambiental levadas adiante por Salles, como a restrição da participação da sociedade civil no Conselho Nacional do Meio Ambiente, responsável pela definição de normas ambientais, e a burocratização do processo de aplicação de multas ambientais, que levou ao menor índice histórico de pagamento dessas (Esteves, 2021). De maneira mais específica em relação à agenda climática, foi sob o comando de Salles que a Secretaria de Mudanças Climáticas e Florestas foi extinta, que o orçamento do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e do MMA no geral foram aos níveis mais baixos da história, e que o bilionário Fundo Amazônia foi paralisado pela Noruega e pela Alemanha, após a tentativa de Salles de redirecionar seus recursos para promover a presença do setor privado na região.

Assim, o Executivo federal, durante esses quatro anos, teve uma relação de grande proximidade com o agronegócio, enfraquecendo normas ambientais e órgãos de fiscalização e controle como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o que, junto ao discurso do presidente de estímulo à atividade econômica da Amazônia e de garantia de impunidade, produziu uma destruição sem precedentes no período democrático. Nesse período, os índices de desmatamento aumentaram 59,5% em relação aos quatro anos anteriores, a maior alta percentual num mandato presidencial desde o início das medições por satélite, em 1988 (OC, 2022). Além disso, as invasões a terras indígenas cresceram 252% e o número de assassinatos dessas populações aumentou 30% (Salim, 2023).

A essas medidas concretas de desmantelamento da governança ambiental capitaneada por atores da extrema-direita em benefício e em parceria com atores econômicos e políticos vinculados ao agronegócio, somam-se os efeitos deletérios das narrativas dominantes durante o governo, que incentivavam a realização de atividades econômicas predatórias na floresta amazônica como forma de promover o desenvolvimento e de garantir a ocupação e a soberania desses territórios diante de ameaças externas. Além disso, o pequeno grupo de acadêmicos negacionistas já mencionados encontraram um ambiente favorável para continuar replicando seus argumentos e estratégias, enviando uma carta, publicada no site *Notícias Agrícolas*, negando o aquecimento global antropogênico e criticando medidas de descarbonização, além de terem participado de uma audiência pública no Senado, a pedido do mesmo Márcio Bittar (MDB-AC), para discutir as mudanças climáticas junto com cientistas renomados, como Carlos Nobre.

Em uma pesquisa (Pinto; Milani; Facini, 2025) que entrevistou vinte profissionais do campo ambiental e climático acerca dos principais desafios à agenda climática no país, realizada durante a segunda metade do governo Bolsonaro, foi possível identificar, de maneira preliminar, os principais agentes, práticas e narrativas que a limitam. Dentre os atores, políticos (do Executivo e do Legislativo federal) ligados à extrema-direita, membros do agronegócio e grileiros foram considerados como os principais obstrutores. Na arena política, as principais ações mencionadas foram o desmantelamento da legislação ambiental, a leniência em relação a crimes ambientais e os incentivos públicos concedidos a setores de alta emissão. Já no campo econômico, o cometimento de crime ambientais, a criação de planos de descarbonização de baixa ambição e o atraso no seu cumprimento foram destacados. Por fim, na esfera discursiva, percebeu-se que o negacionismo climático é praticado sobretudo por atores da extrema-direita e pelo pequeno grupo de acadêmicos que analisamos aqui, mas em uma escala muito menor do que ocorre nos países centrais. Foram apontados como mais relevantes narrativas que opõem os interesses nacionais contra a agenda ambiental e climática, mobilizadas por atores variados, incluindo militares e diplomatas, e a defesa de crimes ambientais.

Portanto, a dinâmica da obstrução climática durante o governo Bolsonaro mostra que os principais atores, práticas e narrativas são motivados principalmente pelo objetivo de desmantelar leis, regras e normas ambientais que limitam a atividade do agronegócio. A agenda climática, que durante a maior parte dos governos anteriores não foi alvo direto de obstrução, devido à baixa politização e atenção sobre o tema por parte dos líderes políticos e da população, passou a sofrer ataques frontais sob um governo de extrema-direita,

principalmente devido aos seus atores que dialogavam com o CMC transacional e se inspiravam em seu *modus operandi*, e com o aumento da relevância do tema no debate público.

4.3.2 A INCIDÊNCIA DAS REDES TRANSNACIONAIS DE OBSTRUÇÃO CLIMÁTICA DURANTE O GOVERNO BOLSONARO

A presente subseção irá ao objeto próprio desse trabalho, detalhando como as redes transnacionais de obstrução climática influenciaram o cenário nacional durante o governo Bolsonaro. Nela, destacamos a atuação da *Atlas Network*, enquanto membro das RTOC, que atua no apoio à criação e à administração de TTCs brasileiros que promovem ideias e políticas públicas de viés neoliberal. Nessa rede, não foram identificadas instituições brasileiras, nos moldes dos EUA e de alguns países europeus, engajadas ativamente na obstrução climática. Suas contribuições são mais laterais, sobretudo pela defesa de políticas econômicas ultraliberais em benefício do agronegócio e na difusão do entendimento, por meio de artigos, conferências, dentre outros, de que a regulação das atividades do setor, por propósitos climáticos ou outros, é negativa para a economia. Além disso, as RTOC operam como importante referência discursiva e estratégica para atores nacionais da obstrução climática mais internacionalizados, sobretudo da extrema-direita (Hochsprung Miguel, 2022). Portanto, o que se pode apreender do pouco escrito sobre o assunto é que as RTOC exerceram influência material e discursiva sobre a obstrução climática brasileira no período, especialmente a partir de sua conexão com atores da extrema-direita e com aqueles vinculados ao agronegócio, mas que ainda não desenvolveram o mesmo grau de densidade e protagonismo encontrado nos países centrais movidos à economia fóssil (Araldi, 2021; Vidal; Lopez, 2022; Mckie, 2023).

A *Atlas Network* é um think tank fundado por Anthony Fisher em 1981 como *Atlas Research Foundation*, com sede em Virgínia (EUA), com o objetivo de coordenar e promover a criação e a institucionalização de institutos neoliberais em escala transnacional (Vidal; López, 2022, p.17). Essa foi desenvolvida após o sucesso de Fisher na criação e estruturação de outros TTCs ao redor do mundo, como visto na seção sobre o Reino Unido, a partir da percepção dele e de Hayek de que era preciso uma organização que auxiliasse na coordenação e institucionalização dessa rede.

A *Atlas* contribui para esse fim por meio de três eixos: financiamento, treinamento de lideranças e conexão com a rede. Quanto ao primeiro, atua tanto na captação quanto na distribuição de recursos, além de conectar seus membros com possíveis doadores (Vidal; López, 2022, p.19). Em uma análise feita por Vidal e López (2022, p.19) das contas da *Atlas* entre 1998 e 2018, a partir de seus relatórios publicados, é possível visualizar que a organização declara ter recebido mais de US\$139 milhões durante o período. Dentre seus principais financiadores, constam algumas fundações filantrópicas familiares e grandes corporações, de maioria estadunidense, já mencionados como alguns dos elos centrais na mobilização de recursos para o CMC, como *John Templeton Foundation*, *Donors Trust*, *Sarah Scaife Foundation* e a *ExxonMobil*. Além disso, a organização, ainda que adote como política o não recebimento de doações de organizações estatais e partidárias, possui verbas advindas do Departamento de Estado dos EUA, repassadas pela USAID, que as transfere para outras ONGs criadas pelo governo americano, como o *National Endowment for Democracy* e o *Center for International Private Enterprise*, que financiam a *Atlas* (Vidal; López, 2022, p.21).

A maior parte desses recursos é distribuída entre seus 581 parceiros, sendo 121 apenas na América Latina e Caribe, espalhados por cerca de 100 países. As regiões que mais receberam financiamento são, em primeiro lugar, a Europa (US\$12.314,777) e, em segundo, a América do Sul e América Central (US\$9.983,532 em onze anos). No entanto, a última assumiu a liderança desde 2016, o que demonstra uma reorientação de prioridades da rede (Vidal; López, 2022, p.20). Outra prova desse novo foco sobre a América Latina é a criação do *Atlas Network's Center for Latin America*, em 2018, que busca ser o elo para a promoção do neoliberalismo na região (Vidal; López, 2022, p.2), aproximando os membros da rede e promovendo a criação de novas iniciativas com essa orientação ideológica.

Neste tripé de atuação, a *Atlas* privilegia em seus financiamentos iniciativas que possuam alto potencial de impacto político. Já no âmbito da formação, promove diversos cursos de treinamento de lideranças, para produzir um discurso coeso e alinhado entre seus membros em torno das ideias neoliberais, enquanto na dimensão de conexões a rede realiza diversos eventos, nos quais seus membros podem se conhecer, trocar experiências, pensar ações conjuntas e receber prêmios, que incentivam projetos que busquem impactar nas políticas públicas. No Brasil, vários de seus institutos já foram premiados e participam de suas convenções anuais, como o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), o Livres e o Instituto Mises Brasil, dentre outros (Araldi, 2021).

Os antecedentes da *Altas* no Brasil remontam às viagens realizadas ao país por seus fundadores, Fisher e Hayek, entre o final de 1970 e o início dos anos 1980, se aproximando de

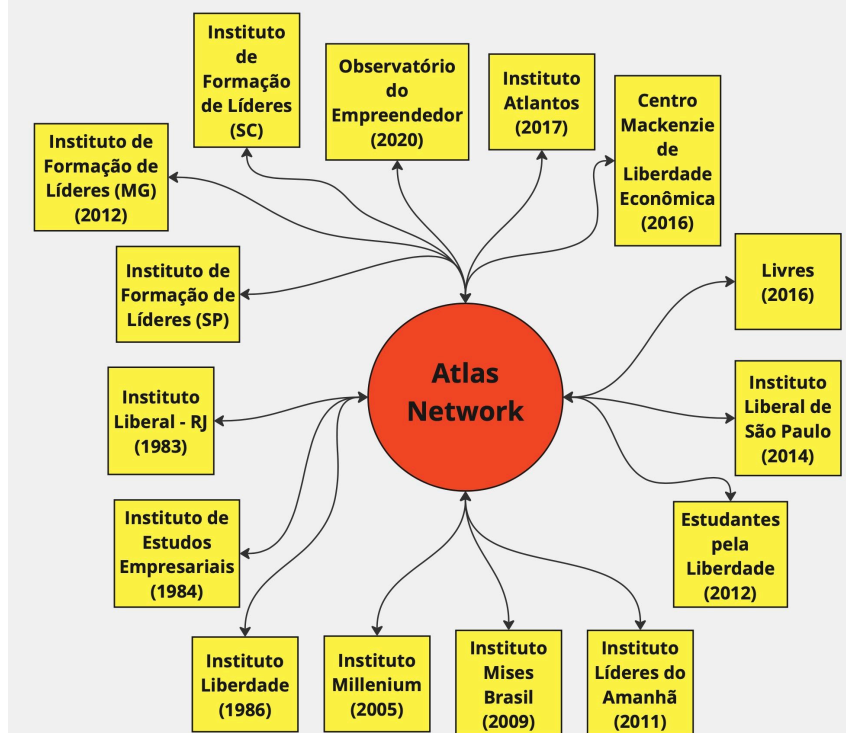
parte da *intelligentsia* e do empresariado nacional que posteriormente seria relevante na difusão de ideias e iniciativas liberais (Vidal; López, 2022, p.25). A importância do Brasil para seu projeto fica evidente no fato de que foi a nação fora da Europa e dos EUA mais visitada por Hayek na década final de sua vida (Onofre, 2018, p.267) e no empenho do próprio Fisher em dialogar com esses atores nacionais para construir os primeiros think tanks neoliberais no país. Foi assim que o Instituto Liberal do Rio de Janeiro (IL-RJ) foi criado em 1983 pelo engenheiro e empresário brasileiro Donald Stewart, como a primeira de uma série de organizações com vistas a promover essa ideologia entre as elites econômicas, políticas e midiáticas do país.

Esse impulso de criação de TTCs foi reduzido durante a década subsequente, tendo em vista que o país foi presidido por figuras que já adotavam políticas e discursos liberais, como Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). No entanto, com a ascensão de governos de esquerda na América Latina como um todo e no Brasil, com a eleição de Lula, há uma rearticulação das forças neoliberais para se contrapor aos novos governantes da Maré Rosa. Assim, é nesse período, que termina com o governo Temer (2016), que são criados a maior parte dos think tanks liberais do país, saindo de 3 surgidos nos anos 1980 e 1990 para 10 a partir de 2003, de um total de 15 parceiros da Atlas no Brasil (Vidal; López, 2022, p.27).

Figura 3: Parceiros da Rede Atlas no Brasil

Parceiros da Rede Atlas no Brasil

Institutos brasileiros membros da Atlas Network e seu ano de criação



Fonte: Elaboração própria, com base em VIDAL, C. F.; LOPEZ, J., 2022 e Atlas Network, 2021.

Esses institutos receberam grande apoio financeiro e operacional da *Atlas* e foram muito presentes em momentos importantes da política brasileira, como no impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. Como exemplo, o Movimento Brasil Livre (MBL), que embora não faça parte da rede, tem profundas relações com essa, foi um dos atores mais ativos na convocação de manifestações e nas críticas feitas ao governo da presidente. Nas palavras de Chafuen, à época presidente da *Atlas*, “surgiu uma abertura – uma crise – e uma demanda por mudanças, e nós tínhamos pessoas treinadas para pressionar por certas políticas” (Vidal; López, 2022, p.27), o que revela a intenção clara de incidir sobre a política do país.

Já no governo Bolsonaro, figuras ligadas às organizações brasileiras membros da *Atlas* tiveram participação de destaque, principalmente na equipe econômica, implementando políticas públicas favoráveis aos interesses das elites nacionais pertencentes a esses TTCs. Como exemplo, foi Winston Ling, fundador do Instituto Liberal do Rio Grande do Sul (IL-RS), que apresentou Paulo Guedes, seu colega da Universidade de Chicago e co-fundador do Instituto Millenium, para Jair Bolsonaro. A partir daí, várias figuras relevantes da rede passaram a integrar o governo, totalizando, só no Ministério da Economia, mais de 14. Esses

contribuíram para a implementação de medidas concretas, estando todos presentes na reunião que formulou a Medida Provisória de Liberdade Econômica, que posteriormente se tornou lei, que inclui um pacote de várias medidas de liberalização e desregulamentação da economia, considerado, nas palavras de Chafuen “o melhor plano que vi e avaliei durante minha longa carreira em pesquisa e defesa de políticas” (2019 *apud* Vidal; López, 2022)

Já na dimensão que nos interessa, a obstrução climática, vários institutos que compõem a rede disseminam visões negacionistas do clima por meio de publicações de artigos e relatórios. Nesse sentido, ao consultar os sites dos 15 institutos membros da rede no país utilizando a palavra-chave “mudanças climáticas”, foram encontrados 302 postagens em 6 deles: Instituto Millenium (153), Instituto Liberal-RJ (76), Centro Mackenzie de Liberdade Econômica (64), Estudantes pela Liberdade (2) e Instituto de Formação de Líderes-SP (2). Esses escritos variam do questionamento da ciência climática (Mauad, 2015), a críticas às respostas ao fenômeno, mobilizando o argumento desenvolvido pelo CMC de que as políticas de mitigação prejudicam os mais pobres (Mauad, 2017), até o reconhecimento da seriedade das mudanças climáticas antropogênicas, mas defendendo soluções a partir da economia de mercado (Millenium, 2021).

Nesse sentido, o que se percebe é que o assunto não ocupa um lugar central dentre os membros da *Atlas* no país, mas que, quando abordado, prevalecem discursos negacionistas ou que propõem soluções insuficientes para encarar o problema. Essas posições são influenciadas pelas RTOC, na medida em que apresentam argumentos idênticos aos adotados por outros membros da rede mais ativos no CMC, como o *Heartland Institute*, a *Heritage Foundation*, dentre outros, mas mobilizando-os em defesa do agronegócio, ao invés dos setores econômicos fósseis.

A conexão da *Atlas* com a obstrução climática na região tem um histórico. Em uma carta de 1999 vazada entre Alejandro Chafuen, já presidente da rede, e um executivo da ExxonMobil, aquele agradece à empresa pelo financiamento, incluindo na missiva uma síntese das ações promovidas pela rede para obstruir a agenda climática em nível global (Simpère, 2024). Dentre essas, foram mencionadas ações realizadas pelo IL-RJ, que incluíam a preparação de um artigo sobre os efeitos econômicos do Protocolo de Kyoto pelo economista Roberto Fendt, bem como sua participação em uma série de eventos realizados na Argentina para discutir “os aspectos científicos, econômicos e tecnológicos sobre o medo do aquecimento global” (Simpère, 2024), além da tradução de livros neoliberais para o português. O objetivo desse programa era apoiar soluções baseadas no mercado para assuntos altamente debatidos, incluindo as mudanças climáticas.

Nesse sentido, o IL-RJ foi uma das primeiras organizações da sociedade civil brasileira a possuir conexões com as RTOC. Tanto que era o único instituto do Brasil a ser membro da *Civil Society Coalition on Climate Change*, e a patrocinar eventos de organizações transnacionais da obstrução climática, como o “*Sustainable Development: One Year after the World Summit*”, já em 2003, promovido pelo *Cato Institute* e pelo *International Policy Network*, e realizado com a Universidade Cândido Mendes, bem como diversas Conferências Internacionais sobre Mudanças Climáticas do *Heartland Institute* (Mckie, 2023, p.56). Além disso, o IL-RJ disseminou o trabalho de vários negacionistas das RTOC dos EUA, Canadá e Europa no Brasil, estabelecendo relações também com doadores conservadores que alimentavam essa rede ao redor do mundo, como a *Pierre F. and Enid Goodrich Foundation*, da qual o Instituto recebeu US\$ 95.000 entre 2005 e 2011 (Mckie, 2023, p.144).

Voltando às relações da *Atlas* com a obstrução climática durante o governo Bolsonaro, essas ficaram evidentes em situações como o envio de diplomatas, de maneira inédita, para a “13ª Conferência Internacional sobre Mudança do Clima”, organizada pelo *Heartland Institute* nos Estados Unidos, em 25 de julho de 2019, na qual compareceram alguns dos mais famosos membros do CMC, como o já mencionado Christopher Monckton e o ex-assessor para Assuntos Climáticos da Casa Branca, Myron Ebell (Folha de S. Paulo, 2019). No telegrama enviado à embaixada do Brasil em Washington, o diplomata que compareceu à reunião relata diversas declarações negacionistas recorrentes no CMC, como críticas ao IPCC, a negação do impacto do dióxido de carbono sobre a temperatura terrestre, a afirmação de que não existe consenso sobre o tema e de que o clima global é afetado por fatores naturais.

Nesse sentido, a concepção predominante na conferência era a de que os debates climáticos eram dominados por considerações “geopolíticas” e “ideológicas”, em argumentos muito similares aos utilizados por Ernesto Araújo, Eduardo Bolsonaro, pelo presidente e outros membros do governo. Por fim, o telegrama relata que o próprio diretor do *Heartland* se disponibilizou para cooperar com organizações não-governamentais brasileiras que trabalhassem com os temas discutidos na conferência, o que revela como o espaço é uma importante fonte de convergência para as redes transnacionais, incluindo as RTOC (Milani; Laniado, 2007).

Apenas dois meses depois, Ricardo Salles se reuniu em Nova York, em 19 de setembro, no dia anterior à realização da *Climate Week*, um importante fórum de discussão sobre o clima, com representantes do *Competitive Enterprise Institute* (CEI), também parceiro da *Atlas*, que nega a ciência climática, bem como opõe-se ao seu regime de governança internacional, como o Acordo de Paris e o Protocolo de Kyoto (Folha de S. Paulo, 2019). Não

só a reunião contou com a participação, novamente, de Myron Ebell, diretor da área ambiental do CEI, como Salles também se encontrou com Andrew Wheeler, administrador da EPA após a demissão de Scott Pruitt e também negacionista do clima, e com o presidente da Câmara de Comércio dos EUA, uma organização proeminente no CMC estadunidense (Folha de S. Paulo, 2019). Ao ser criticado por essas atitudes, a assessoria do ministro declarou que era “salutar ouvir todas as opiniões, sem juízo prévio de valor”, utilizando o clássico artifício de abrir espaços para negacionistas a título de promover o ‘equilíbrio’ das discussões (Oreskes; Conway, 2011).

O próprio Ricardo Salles tem conexões indiretas com a Atlas, sendo um participante recorrente dos Fóruns da Liberdade, que veremos adiante (Sanson, 2014; Araldi, 2023), além de integrar o *Movimento Endireita Brasil*, fundado por advogados e empresários paulistanos que organizavam eventos em defesa do livre mercado, da propriedade privada e do Estado mínimo (Herdy, 2019), que estabeleceu relações com o Instituto Millenium (Araldi, 2023).

Em outro exemplo claro de como as RTOC servem de referência para o modo de atuação de atores nacionais da obstrução está a fundação do Instituto Conservador Liberal (ICL) por Eduardo Bolsonaro, em 2021. O objetivo da organização, de acordo com seu diretor-executivo na época, Sérgio Sant’Ana, era a formação de quadros e o desenvolvimento de políticas públicas a partir de ideias “conservadoras nos costumes e liberais na economia” (Zanini, 2021). Ainda segundo Sant’Ana, as principais referências para a o ICL eram a *Heritage Foundation* e a *American Conservative Union*, organização que também participa da obstrução climática nos EUA e cujo próprio presidente, Matt Schlapp, parabenizou Eduardo pelo instituto (Zanini, 2021). Essa última é a organizadora da *Conservative Political Action Conference* (CPAC), a maior conferência conservadora dos EUA, cujo modelo Eduardo Bolsonaro também replicou, organizando a versão brasileira do evento desde 2019 (Desmog, 2024).

Ainda em 2021, Chafuen promoveu, em um artigo em inglês (Araldi, 2024), o documentário do Brasil Paralelo chamado “Cortina de Fumaça”, mostrando como atores das RTOC também operam como impulsionadores dos atores domésticos da obstrução. O documentário, que tinha seções intituladas “Como o Petróleo ajudou a salvar baleias e espécies marinhas” e “Previsões apocalípticas ambientais que são falsas”, contou com a presença de negacionistas climáticos como Patrick Moore, retratado falsamente como co-fundador do *Greenpeace*, Augusto Nunes e Aldo Rebelo, que declararam que a Amazônia não estaria sendo destruída.

Vale mencionar também as edições do Fórum da Liberdade, considerado o “super bowl do liberalismo” brasileiro” (Araldi, 2023), que são organizadas pelo Instituto de Estudos Empresariais há mais de três décadas e financiadas pela *Atlas*, além de já terem sido premiadas pela rede em 2017 com o *Juan Carlos Cachanosky Award for Dissemination of Free Society Principles*. Este Fórum funciona como um importante ponto de articulação entre atores nacionais e transnacionais da obstrução, incluindo membros do agronegócio. De acordo com Vidal (Araldi, 2023), o agronegócio sempre atuou de maneira próxima aos TTCs, tendo em vista sua defesa comum de um modelo de livre mercado que prioriza a exportação de *commodities* e que rejeita a regulação estatal dos impactos ambientais da indústria, em um relacionamento ‘mutualístico’ em que ambos se beneficiam - os primeiros com argumentos com aparência ‘técnica’ que sustentem suas práticas predatórias e os últimos com recursos.

A partir dos fatos mencionados, vale pensar a atuação das RTOC no Brasil à luz das teorias mobilizadas sobre relações transnacionais. Assim, as RTOC se enquadram na definição de redes de Keck e Sikkink (1998, p.8), como “formas de organização caracterizadas por padrões voluntários, recíprocos e horizontais de comunicação”, tendo em vista que não notamos a prevalência de relações coercitivas entre seus membros, que esses se ajudam mutuamente e que não há uma hierarquia formal entre eles. Quanto às divisões dos ATs de acordo com suas motivações, realizada por Risse (2002), vemos que as RTOC são compostas tanto por aqueles com objetivos instrumentais, que buscam privilegiar suas atividades econômicas, como os membros da indústria fóssil e do agronegócio, como também pelos que não possuem fins lucrativos. No entanto, como já dissemos, a realidade é mais complexa, e vários desses TTCs e organizações de caridade desenvolvem uma atuação que se aproxima muito mais do lobby.

A respeito de suas estratégias, foi possível perceber que as RTOC mobilizam várias daquelas primeiro utilizadas pelas TANs e outros movimentos sociais transnacionais progressistas. Nesse sentido, esses atores da obstrução também buscam mudar os entendimentos dos atores nacionais e internacionais sobre as mudanças climáticas antropogênicas (de que não existem; de que a ciência é incerta; de que ações para endereçá-la são negativas), atuando em instâncias diversas - dos parlamentos nacionais ao IPCC - de maneira simultânea, conectando o local ao global (Milani; Laniado, 2007). Além disso, assim como as TANs resistem a autoridades e práticas dos Estados e instituições, como no caso de violações aos direitos humanos, as RTOC desafiam o regime climático internacional, buscando impedir o surgimento de novas normas, regras e princípios, bem como sua internalização pelos Estados.

Os tipos de políticas estratégicas, que mesclam persuasão e socialização, elaborados por Keck e Sikkink (1998), também aparecem nas RTOC, que realizam uma combinação entre várias delas. Nessa perspectiva, essas redes praticam política de informação, principalmente por meio de seus TTCs, acadêmicos cooptados e pseudoespecialistas, produzindo dados e análises próprias que são disseminados por meios diversos, como livros, relatórios e *policy papers*, com a elaboração de uma narrativa consistente que nega as mudanças climáticas, a responsabilidade humana sobre ela, a seriedade de seus impactos ou soluções que busquem ir além da lógica neoliberal. Também fazem política simbólica ao explorar eventos e situações de destaque da agenda climática, como COPs e desastres climáticos, buscando produzir explicações alternativas a fim de redirecionar a atenção a outros aspectos e não ao problema real. Enquanto isso, as políticas de influência das RTOC podem ser vistas quando realizam, sobretudo por meio das multinacionais que a compõem, uma pressão material sobre os Estados que tentem adotar medidas climáticas mais ambiciosas, ameaçando com a saída de capital do país e com a conseqüente perda de empregos, bem como com a retirada de financiamento de campanhas, e uma pressão moral, ao declarar que governos que adotem ações pró-clima são responsáveis pelo aumento dos custos de vida, pelo empobrecimento de suas populações e pelo impedimento do desenvolvimento nacional. No entanto, mais pesquisas são necessárias sobre essas políticas estratégicas das RTOC no Brasil.

Também é importante pensar os fatores de convergência das RTOC no Brasil nos moldes daqueles descritos por Milani e Laniado (2007). A partir disso, é possível perceber que o espaço é um importante elemento a ser considerado, como no caso dos encontros entre Salles e representantes do CMC estadunidense ou nas conexões entre atores nacionais e internacionais da rede *Atlas* nos Fóruns da Liberdade, possibilitando a troca de experiências e estratégias, a percepção de fazer parte de um movimento em comum e o alinhamento de discursos. Na dimensão da temporalidade, esses atores, no longo prazo, compartilham os objetivos políticos e culturais de defesa da civilização ocidental, capitalista e cristã e da manutenção dos papéis tradicionais de gênero. Além disso, as organizações, tanto os TTCs transnacionais quanto os nacionais, desempenham um papel fundamental no Brasil na aplicação da ideologia neoliberal à prática política, contribuindo não só para a formulação de políticas econômicas, como também fornecendo recursos discursivos para atores em posições centrais para a agenda climática, como o MMA e o MRE, que conectam o liberalismo ao negacionismo climático e à defesa do agronegócio.

Quanto à informação, há uma conexão transnacional de ideias, que pode ser percebida na tradução de livros de atores proeminentes das RTOC para o português e na replicação de

argumentos desenvolvidos no exterior, como o de que as mudanças climáticas são positivas ou que o IPCC é um órgão corrupto. O caso brasileiro também mostra a importância da visibilidade para a sustentação de um (contra)movimento, tendo em vista os esforços recorrentes de figuras como Molion e Felício para participar de programas televisivos, escrever artigos em jornais de grande circulação e participar de audiências públicas no Congresso, mantendo assim a relevância de suas ideias e propostas no debate público. Também percebeu-se que o cenário brasileiro da obstrução é marcado por uma liderança difusa, com vários atores exercendo protagonismo em diferentes segmentos (acadêmico, político, econômico).

No entanto, a questão das identidades é certamente um dos maiores fatores de convergência entre os atores brasileiros e as RTOC, mas de maneira inversa à descrita por Milani e Laniado (2007) sobre a atuação dos movimentos transnacionais progressistas. Nesse sentido, enquanto os últimos contrapõem a uma noção monolítica de identidade dos movimentos sociais passados, baseados em grande medida na ideia de classe, a afirmação de sua multiplicidade, os primeiros também mobilizam a questão identitária, mas para afirmar seu caráter único - masculino, branco, ocidental, heterossexual e cristão -, se unindo também na luta ‘inimigos’ comuns (globalistas, comunistas, ambientalistas), considerados ameaçadores a essas identidades. Ao final, atores nacionais e internacionais desenvolveram solidariedades transnacionais a partir do objetivo comum de obstruir a agenda climática, mesmo que por motivos diversos e por meio de trocas não simétricas, estabelecendo relações de confiança mútua e acreditando na possibilidade de, por meio de plataformas das RTOC, como a *Atlas*, incidir nas políticas climáticas brasileiras.

Tendo exposto suas estratégias e fatores de convergência, é preciso analisar quais os impactos produzidos no sistema interestatal sobre essas redes e dessas sobre o sistema doméstico brasileiro. Nesse sentido, no primeiro caso, uma leitura a partir de concepções realistas identificaria que as RTOC nada mais expressam do que os interesses dos Estados mais poderosos, com destaque para os Estados Unidos. No caso brasileiro, os poucos autores que analisam a presença da *Atlas* no país entendem sua atuação por lentes críticas. Araldi (2021), a partir de uma análise neogramsciana, entende que a *Atlas* tem como objetivo a consolidação da hegemonia neoliberal no Brasil, em uma associação entre as classes dominantes nacionais e transnacionais, de modo a formular políticas públicas que levem em consideração interesses privados. Já Vidal e López (2022) entendem o fenômeno a partir da teoria da dependência, considerando que a *Atlas*, tendo em vista suas fontes de financiamento que partem inclusive do governo dos EUA, faz parte de um projeto desta potência para

perpetuar seu domínio hemisférico e manter a dependência dos países da região. No caso brasileiro, o fomento a políticas neoliberais e a defesa do agronegócio impediriam um caminho de desenvolvimento próprio, baseado na industrialização, mantendo o papel do país como exportador de bens primários e os padrões desiguais de troca no comércio internacional.

Já no nível doméstico, pode-se considerar que as RTOC incidiram no Brasil, partindo das condições expressas por Risse (2002). Nesse sentido, a *Atlas* conseguiu acessar o sistema político do Estado, tendo inclusive vários de seus membros presentes em posições no governo Bolsonaro. Nesse sentido, a rede contribuiu para e compôs a coalizão política vencedora na eleição presidencial de 2018, tendo envidado esforços contra os governos petistas desde seu início. Por fim, nota-se uma semelhança clara entre os valores e ideias dos TTCs membros da *Atlas* e membros do governo Bolsonaro, em torno da desregulamentação econômica geral, expressa de maneira clara com Paulo Guedes, membro da rede, e pela adoção de posturas negacionistas como retórica corrente quanto a questões climáticas, como visto em Araújo e Salles.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se iniciou a partir das reflexões sobre a obstrução climática no Brasil, desenvolvidas durante mais de três anos de pesquisa sobre o tema no Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC), com o objetivo de entender as conexões transnacionais desse fenômeno. Nesse sentido, partiu não só da identificação de uma lacuna na literatura nacional sobre obstrução do tratamento de sua dimensão transnacional, que deve ser ainda mais explorada futuramente, quanto também do incômodo com a falta de perspectivas do Sul geopolítico no debate sobre obstrução climática. Assim, consideramos que a identificação dos atores, narrativas e estratégias que atrasam e bloqueiam o desenvolvimento de uma política climática mais assertiva pelo Brasil, que buscou durante várias administrações se projetar enquanto liderança climática, pode contribuir para seu enfrentamento, beneficiando não só o planeta quanto também contribuindo para uma atuação mais coerente na política externa.

Ao decorrer do texto, procuramos mostrar o surgimento, o modo de atuação e os impactos de um contramovimento climático organizado nos Estados Unidos e sua difusão transnacional, utilizando o Reino Unido como representante de caso do Norte geopolítico.

Assim, percebeu-se que a semelhança dos perfis de emissão e da economia política desses países facilitou o enraizamento das RTOC.

Além disso, na apresentação do caso brasileiro, buscou-se evidenciar que as diferenças na matriz de emissões de GEE, da economia e das instituições políticas do país, marcadas pela predominância do agronegócio, também influenciam no cenário nacional da negação, do atraso e do bloqueio às políticas climáticas e no modo de estruturação das RTOC. Assim, os atores da obstrução climática no Brasil são principalmente ligados ao agro, o que moldou também a atuação das RTOC, que, diferentemente dos países centrais, nos quais se associam principalmente às indústrias fósseis, passaram a conformar seu discurso e seu apoio material a iniciativas em defesa do setor, como no caso dos think tanks conservadores brasileiros ligados à *Atlas*. Isso agrega à literatura sobre o tema, que se concentra geograficamente nos países ricos e que pouco aborda o papel de outros setores para além da indústria e da energia ligados aos combustíveis fósseis na dinâmica da obstrução.

O outro objetivo do texto foi mostrar como as RTOC incidiram durante o governo Bolsonaro. Ficou claro que, apesar de atores nacionais, sobretudo um pequeno grupo de acadêmicos, já replicarem há muito tempo ideias e estratégias dessas redes, a obstrução climática não era praticada de maneira explícita pelos governos, nem podia-se entrever uma inserção da clara das RTOC no aparato estatal. No entanto, a gestão de extrema-direita de Bolsonaro elevou o negacionismo à retórica oficial e o dismantelamento das estruturas de governança ambiental e climática como política de governo. Além disso, utilizando a *Atlas Network* como estudo de caso, percebemos que foi nessa administração que seus membros ocuparam mais posições governamentais, o que aumentou seu potencial de incidência. Portanto, pode-se dizer que as RTOC incidiram no país durante o governo Bolsonaro, por meio do apoio material e discursivo aos atores nacionais da obstrução climática, se articulando, em grande medida, com a extrema-direita mais internacionalizada e com aqueles vinculados ao agronegócio, mas sem ter o desenvolvido o mesmo grau de densidade e protagonismo encontrado nos países centrais movidos à economia fóssil.

Por fim, vale ressaltar também as limitações do trabalho, evidenciando as questões em aberto sobre o tema que merecem pesquisas futuras. Nesse sentido, pouco se sabe sobre a obstrução climática por parte da indústria fóssil no país, tanto de empresas estrangeiras quanto das nacionais, como a Petrobras. Assim, é difícil verificar se esses atores de fato exercem um papel menos ativo no atraso e no bloqueio às medidas de descarbonização do país do que no Norte geopolítico ou se apenas há poucos estudos sobre o tema. Isso vem se tornado ainda mais importante se levarmos em consideração o crescimento da produção de petróleo nacional

e a carbonização progressiva de nossa matriz energética. Além disso, são necessários mais trabalhos empíricos para entender os detalhes das conexões entre os atores nacionais e transnacionais da obstrução, relativos a financiamento, ações conjuntas, dentre outros. Assim, esperamos que à medida que este fenômeno seja melhor compreendido com o desenvolvimento de pesquisas de diversas áreas, seja possível contribuir para uma política climática mais ambiciosa e socialmente justa.

REFERÊNCIAS

American Conservative Union. **DeSmog** [s.d.]. Disponível em: <<https://www.desmog.com/american-conservative-union/>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ANDRADE, Francisca. M. R.; BARRETO, Tarssio B.; HENRIQUES, Alen B. Rio de Janeiro e crise climática: governança, interatividade e construção discursiva no Twitter. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, 2020.

ARALDI, L. **Na batalha das ideias: objetivos, meios e ações da Atlas Network no Brasil**. 2021. 183f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2021.

ARALDI, L. In Brazil, Right-Wing Think Tanks Align with Agribusiness to Seek a Path Back to Power. **DeSmog**, 25 ago. 2023. Disponível em: <<https://www.desmog.com/2023/08/25/brazil-rightwing-think-tanks-align-with-agribusiness-to-regain-power/>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ARALDI, L. The Direct Links Between Southern Brazil's Massive Flooding and Climate Denial. **DeSmog**, 09 jul. 2024. Disponível em: <<https://www.desmog.com/2024/07/09/southern-brazil-flooding-climate-denial-porto-alegre-ricardo-gomes-atlas-network-brasil-paralelo/>>. Acesso em 20 dez. 2024.

ARMITAGE, K. C. State of denial: The United States and the politics of global warming. **Globalizations**, v. 2, n. 3, p. 417-427, 2005.

BAWDEN, T. Lord Lawson's climate-change think tank risks being dismantled after complaint it persistently misled public. **Independent**, 14 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/climate-change/news/lord-lawson-s-climatechange-think-tank-risks-being-dismantled-after-complaint-it-persistently-misled-public-8659314.html>>. Acesso em: 21 dez. 2024.

BOLIN, J. L.; HAMILTON, L. C. The News You Choose: news media preferences amplify views on climate change. **Environmental Politics**, v. 27, n. 3, p. 455–476, 18 jan. 2018.

BRAGANÇA, D.B. de O. e. **Psicose ambientalista: os bastidores do ecoterrorismo para implantar uma "religião" ecológica, igualitária e anticristã**. 2. ed. São Paulo: IPCO, 2012.

BRAGANÇA, D. Novo chanceler afirma que mudança climática é ‘dogma’. **o eco**, 15 nov. 2018. Disponível em: <<https://oeco.org.br/salada-verde/novo-chanceler-afirma-que-mudanca-climatica-e-dogma/>>. Acesso em: 20 de. 2024.

BROWN, W. **In the ruins of neoliberalism: The rise of antidemocratic politics in the West**. Nova York: Columbia University Press, 2019.

BRULLE, R. J. The climate lobby: a sectoral analysis of lobbying spending on climate change in the USA, 2000 to 2016. **Climatic Change**, v. 149, n. 3-4, p. 289–303, 19 jul. 2018.

BRULLE, R. & Aronczyk, M. Environmental countermovements: organised opposition to climate change action in the United States. In A. Kalfagianni, D. Fuchs, & A. Hayden (eds.), **Routledge Handbook of Global Sustainability Governance**, pp. 218–230. Routledge, 2019

BRULLE, Robert J. Denialism: organized opposition to climate change action in the United States. *In*: David Konisky (Ed.) **Handbook of Environmental Policy**, pp. 328 - 341. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2020

CARRASCO, Lorenzo. **A máfia verde: o ambientalismo a serviço do governo mundial**. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2001.

CHAFUEN, Alejandro. Como MP de Bolsonaro pode impulsionar o livre mercado. **Forbes**, 21 mai. 2019. Disponível em: <<https://forbes.com.br/negocios/2019/05/como-mp-de-bolsonaro-pode-impulsionar-o-livre-mercado/>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CHEUNG, H. What does Trump actually believe on climate change? **BBC**, 23 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-us-canada-51213003>>. Acesso em: 20 dez. 2024

COHEN, Stanley. **States of Denial: Knowing about Atrocities and Suffering**. 1st. Cambridge: Polity Press, 2021

COSTA, B. E. G.; CUKIERMAN, H. L. How anthropogenic climate change prevailed: A case study of controversies around global warming on Portuguese Wikipedia. **New Media & Society**, v. 21, n. 10, p. 2261-2282, 2019.

COX, R. W. **Production, power, and world order: Social forces in the making of history**. New York: Columbia University, 1987.

DALEY, F.; NEWELL, P.; MCKIE, R.; PAINTER, J. Climate Obstruction in the United Kingdom. *In*: BRULLE, R.J.; TIMMONS ROBERTS, J.; SPENCER, M.C (Eds.). **Climate Obstruction Across Europe**, 2024, pp.26-56. Disponível em: <<https://cssn.org/wp-content/uploads/2024/07/2.-Climate-Obstruction-in-the-United-Kingdom-Charting-the-Resistance-to-Climate-Action.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

DANOWSKI, D. O hiperrealismo das mudanças climáticas e as várias faces do negacionismo. **SOPRO** 70, Abr/2012. Disponível em: <<http://culturaebarbarie.org/sopro/outros/hiperrealismo.html>>. Acesso em: 18 maio. 2024.

DANOWSKI, D. **Negacionismos** (cordel fazendo parte de coleção). 1. ed. São Paulo: n-1, 2018. v. 1. 26p

DEPARTMENT FOR ENERGY SECURITY AND NET ZERO. 2022 UK Greenhouse Gas Emissions, Final Figures, 6 fev. 2024. Disponível em: <<https://assets.publishing.service.gov.uk/media/65c0d15863a23d0013c821e9/2022-final-greenhouse-gas-emissions-statistical-release.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2024.

DUNLAP, R.E.; MCCRIGHT, A. M. **Organized Climate Change Denial**. [s.l.] Oxford University Press, 2011.

DUNLAP, R. E.; BRULLE, R. J. Sources and amplifiers of climate change denial. *In*: David Holmes; Richardson, L.M (orgs.). **Research Handbook on Communicating Climate Change**, p. 49–61, Edwar Elgar Publishing, 2020.

DEUTSCH, K. W *et al.* **Political Community and the North American Area**. 1.ed. Princeton University Press, 1957.

EDWARDS, G. *et al.* Climate obstruction in the Global South: Future research trajectories. **PLOS Climate**, v. 2, p. e0000241, 2023.

EKBERG *et al.* **Climate Obstruction: How Denial, Delay and Inaction are Heating the Planet**. Londres: Routledge, 2022.

Ernesto Araújo critica “informações erradas” sobre meio ambiente e elogia chineses. **CÂMARA DOS DEPUTADOS**, 29 mai. 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/558689-ernesto-araujo-critica-informacoes-erradas-sobre-meio-ambiente-e-elogia-chineses/>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ESTEVEES, B. O Fabulador Oculito. **piauí**, edição 174, março 2021. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fabulador-oculito/>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FELDMAN, L. *et al.* Climate on Cable: The nature and impact of warming coverage on Fox News, CNN, and MSNBC. **The International Journal of Press/Politics**, v. 17, n. 1, p. 3–31, 2 nov. 2012.

FRANCHINI, M.; MAUAD, A. C. Ev.; VIOLA, E. De Lula a Bolsonaro: uma década de degradação de la gobernanza climática en Brasil. **Análisis político**, [s.v.], n. 99, p. 81-100, mai-ago. 2020

FRANTA, B. **Early oil industry knowledge of CO2 and global warming**. *Nature Climate Change*, v. 8, n. 12, p. 1024–1025, 19 nov. 2018.

FRANTA, B. Weaponizing economics: Big Oil, economic consultants, and climate policy delay. **Environmental Politics**, v. 31, n. 4, p. 1–21, 25 ago. 2021.

GARCEZ, João P. **O negacionismo climático no antropoceno brasileiro: as políticas do tempo em A farsa Ianomami (1995), A máfia verde (2001) e Psicose ambientalista (2012)**. IV Seminário Internacional História do Tempo Presente, Florianópolis, Santa Catarina, 2021

GILPIN, R. **The Politics of Transnational Economic Relations**. International Organization, v. 25, n. 3, p. 398–419, 1971.

GOLDENBERG, S.; ROBERTS, D. Obama rejects Keystone XL pipeline and hails US as leader on climate change. **The Guardian**, 6 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2015/nov/06/obama-rejects-keystone-xl-pipeline>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Governo brasileiro participa de reunião com negacionistas do clima. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jul. 2019. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/07/governo-brasileiro-participa-de-reuniao-com-negacionistas-do-clima.shtml>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

HAAS, E. B. **The uniting of Europe** : political, social, and economic forces 1950-1957. Notre Dame (Ind.): University Of Notre Dame Press, Cop, 2004.

HERDY, T. Movimento Endireita Brasil na posse. **O Globo**, 01 jan. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/epoca/movimento-endireita-brasil-na-posse-23339002>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

HOCHSPRUNG MIGUEL, J. C. Negacionismo climático no Brasil. **Coletiva**, Dossiê 27, [s.p.], jan - abr. 2020. Disponível em : <https://www.researchgate.net/publication/341522386_Negacionismo_climatico_no_Brasil>. Acesso: 15 set. 2021.

HOCHSPRUNG MIGUEL, J. C. A "meada" do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental do Brasil. **Soc. estado**, v. 37, n. 1, jan.-abr. 2022.

INESC. Depois do desmonte: Balanço do Orçamento Geral da União 2022. Brasília: **INESC**, 2023.

INSTITUTO MILLENIUM. Popularidade de investimentos ESG deixa nítida a busca de um ambiente melhor para todos, 18 out. 2021. Disponível em: <<https://institutomillennium.org.br/popularidade-de-investimentos-esg-deixa-nitida-a-busca-de-um-ambiente-melhor-para-todos/>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

JACQUES, P. J.; DUNLAP, R. E.; FREEMAN, M. The organisation of denial: Conservative think tanks and environmental scepticism. **Environmental Politics**, v. 17, n. 3, p. 349–385, 20 maio 2008.

JYLHA, Kirsti M.; CANTAL, Clara; AKRAMI, Nazar, MILFONT, Taciano L. Denial of anthropogenic climate change: Social dominance orientation helps explain the conservative male effect in Brazil and Sweden. **Personality and Individual differences**, v. 98, n. 1, p. 184–187, ago. 2016.

KECK, M.; SIKKINK, K. **Activists beyond Borders**. Ithaca, Ny: Cornell University Press, 1998.

KINGDON, J.W.; STANO, E. **Agendas, alternatives, and public policies**. Vol. 45. Boston: Little, Brown, 1984.

KRASNER, S. D. **Sovereignty**: Organized Hypocrisy. [s.l.] Princeton University Press, 1999.

LANDLER, M. U.S. and China Reach Climate Accord After Months of Talks. **New York Times**, 11 nov. 2014. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2014/11/12/world/asia/china-us-xi-obama-apec.html>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

LATOURE, Bruno. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LAVELLE, M. 2016: Obama's Climate Legacy Marked by Triumphs and Lost Opportunities. **Inside Climate News**, 26 dez. 2016. Disponível em: <<https://insideclimatenews.org/news/26122016/obama-climate-change-legacy-trump-policies/>>. Acesso em: 20 dez. 2024

LEISEROWITZ, A. A. et al. Climategate, Public Opinion, and the Loss of Trust. **American Behavioral Scientist**, v. 57, n. 6, p. 818–837, 13 set. 2012.

LEITE, José C. Controvérsias na climatologia: o IPCC e o aquecimento global antropogênico. **Scientiæ Studia**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 643-677, jul-set. 2015.

MAUAD, J.L. Mudanças climáticas. Em quem acreditar? Instituto Liberal, 09 nov. 2025. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/mudancas-climaticas-em-quem-acreditar/>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MAUAD, J.L. Mudanças climáticas: as soluções propostas prejudicam justamente os mais pobres. **Instituto Liberal**, 07 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/mudancas-climaticas-as-solucoes-propostas-prejudicam-justamente-os-mais-pobres/>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MCKIE, R. **The climate change counter movement**: How the fossil fuel industry sought to delay climate action. Leicester: Palgrave Macmillan, 2023.

MENDES, V.; VIOLA, E. Interest groups in Brazilian climate policy: An analysis of the agricultural and energy sectors. **Brazilian political science review**, v. 17, n. 3, 2023.

MILANI, C. R. S.; LANIADO, R. N. Transnational Social Movements and the Globalization Agenda: a methodological approach based on the analysis of the World Social Forum. **Brazilian Political Science Review** (Online), v. 2, n. se, dez. 2007.

MILANI, C.R.S. Ecologia política, movimentos ambientalistas e contestação transnacional na América Latina. **Caderno CRH** (UFBA), v. 21, p. 289-303, 2008.

MILANI, C.R.S.; PINTO, J.B.; FACINI, A.V. As relações entre autoritarismo, desenvolvimento predatório e obstrução climática no Brasil: uma análise do governo Bolsonaro. In: SIQUEIRA DUARTE, R. De; MILANI; C.R.S. (orgs.). **Política Externa, lideranças autoritárias e ultraconservadorismo**. 1a ed. Curitiba: Editora Appris, 2024.

PINTO, J.B.; MILANI, C.R.S.; FACINI, A.V. Climate Obstruction in Brazil under the Bolsonaro Administration: Building Empirical and Conceptual Blocks. **Climate and Development** (em revisão).

MILMAN, O. Paris climate deal a 'turning point' in global warming fight, Obama says. **The Guardian**, 5 out. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2016/oct/05/obama-paris-climate-deal-ratification>>. Acesso em: 20 dez. 2024

Ministro do Meio Ambiente vai se reunir nos EUA com grupo que rejeita aquecimento global. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 set. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/ministro-do-meio-ambiente-vai-se-reunir-com-negacionistas-do-aquecimento-global-em-washington.shtml>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. **G1**, 22 mai. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MITRANY, D. Working Peace System. An Argument for the Functional Development of International Organization. **International Affairs**, v. 20, n. 1, p. 109–109, jan. 1943.

MONBIOT, G. Dark money lurks at the heart of our political crisis. **The Guardian**, 18 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/jul/18/dark-money-democracy-political-crisis-institute-economic-affairs>>. Acesso em: 21 dez. 2024.

NORGAARD, K. M. **Living in Denial: Climate Change, Emotions, and Everyday Life**. [s.l.]. Cambridge: The MIT Press, 2011.

NYE, J. S., Jr; KEOHANE, R. O. Transnational relations and world politics: An introduction. **International organization**, v. 25, n. 3, p. 329–349, 1971.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Bolsonaro encerra governo com alta de 60% no desmate na Amazônia**, 30 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/bolsonaro-encerra-governo-com-alta-de-60-no-desmate-na-amazonia/>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Nunca Mais Outra Vez – 4 anos de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro**, 2023. Disponível em: <https://oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/03/AF_reduzido_20220323_individuais_nunca-mais-outra-vez-1.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ONOFRE, Gabriel. **O papel de intelectuais e think tanks na propagação do liberalismo econômico na segunda metade do século XX**. 2018. 368f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

ORESQUES, N.; CONWAY, E. M. **Merchants of doubt: How a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming**. Nova York: Bloomsbury Publishing USA, 2011.

ORSI, Carlos. **Negacionismo & desafios da ciência**. São Paulo: Editora de Cultura, 2022.

PASTERNAK, Natalia; ORSI, Carlos. **Contra a realidade: a negação da ciência, suas causas e consequências**. Campinas: Papirus 7 Mares, 2021.

PEREIRA, J.C. ; VIOLA, E . Brazilian climate policy (1992-2019): an exercise in strategic diplomatic failure. **Contemporary Politics**, v. 1, p. 1-24, 2021.

PETERSEN, A. M.; VINCENT, E. M.; WESTERLING, A. L. Discrepancy in scientific authority and media visibility of climate change scientists and contrarians. **Nature Communications**, v. 10, n. 1, 13 ago. 2019.

PEW RESEARCH CENTER. What the Data Says about Americans' Views of Climate Change, 2023 Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/short-reads/2023/08/09/what-the-data-says-about-americans-views-of-climate-change/>>. Acesso em: 09 nov. 2024.

PINTO, J; MILANI, C.R.S.; FACINI, A.V. Climate Obstruction in Brazil under the Bolsonaro Administration: Building Empirical and Conceptual Blocks. Submetido à publicação.

POMPEU, A. STF mantém anistia a proprietários rurais e maior parte do Código Florestal. **Consultor jurídico**, 28 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-fev-28/stf-mantem-anistia-codigo-florestal-proprietarios-rurais/>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

POORTINGA, W. *et al.* Uncertain climate: An investigation into public scepticism about anthropogenic climate change. **Global Environmental Change**, v. 21, n. 3, p. 1015–1024, ago. 2011.

RAHMSTORF, S. **The Climate Sceptics**. Potsdam Institute for Climate Impact Research, 2004 Disponível em: https://www.pik-potsdam.de/~stefan/Publications/Other/rahmstorf_climate_sceptics_2004.pdf . Acesso em 10 nov. 2024

RIQUITO, M. Antropoceno patriarcal, petro-masculinidades e masculinidades industriais: diálogos feministas sobre a crise climática. **Ex aequo**, [s.v.], n. 43, p.15-29, jun. 2021. Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/96437/1/Antropoceno%20patriarcal.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2024.

RISSE, T. Transnational Actors and World Politics. *In*: Carlsnaes, W.; Risse, T.; Simmons, B.(org.). **Handbook of International Relations**. 1.ed. Nova York: SAGE Publications, 2002

SABIN CENTER FOR CLIMATE CHANGE LAW. Climate Deregulation Tracker, 2021. Homepage. Disponível em: <<https://climate.law.columbia.edu/climate-deregulation-tracker>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SALIM, L. Invasões de terras indígenas cresceram 252% sob Bolsonaro. **o eco**, 31 jul. 2023. Disponível em: <<https://oeco.org.br/noticias/invasoes-de-terras-indigenas-cresceram-252-sob-bolsonaro/>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SANSON, C. Liberais e conservadores, uni-vos. **Instituto Humanitas Unisinos**. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/noticias/535875-liberais-e-conservadores-uni-vos>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SCHUMAKER, Paul; KIEL, Dwight; HEIKE, Thomas W. **Ideological voices**: An anthology in modern idea. New York: McGraw Hill, 1997

SEEG. Análise das Emissões de Gases de Efeito Estufa e Suas Implicações para as Metas Climáticas do Brasil (1971-2021), 2023. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/03/SEEG-10-anos-v4.pdf>> Acesso em: 20/04/2024.

SHARMAN, A. Mapping the climate sceptical blogosphere. **Global Environmental Change**, v. 26, p. 159–170, maio 2014.

SIMPÈRE, A.S. ‘A Valuable And Generous Ally’: How Exxon and Atlas Network Worked to Block Global Climate Action. **DeSmog**, 9 dez. 2024. Disponível em: <<https://www.desmog.com/2024/12/09/a-valuable-and-generous-ally-how-exxon-and-atlas-network-worked-to-block-global-climate-action/>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

STRANGE, S. **Power diffused**: state and non-state authority in the world economy. New York: Cambridge University Press, 1996.

VIDAL, C. F.; LOPEZ, J. (Re) pensando a dependência latino-americana: Atlas Network e institutos parceiros no governo Bolsonaro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 38, 2022.

WALDMAN, S.; HULAC, B. This is when the GOP turned away from climate policy. **E&E News**. Disponível em: <<https://www.eenews.net/articles/this-is-when-the-gop-turned-away-from-climate-policy/>>. Acesso em 23 nov. 2024

WASHINGTON, H; COOK, J. **Climate change denial**: Heads in the sand. 1. Ed. Abingdon: Routledge, 2011.

WOLFSON, S. The ethics scandals that eventually forced Scott Pruitt to resign. **The Guardian**, 6 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2018/jul/05/scott-pruitt-what-it-took-to-get-him-to-resign-from-his-epa-job>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ZANINI, F. Novo instituto de Eduardo Bolsonaro busca financiadores e se espelha na direita pró-Trump. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 jul. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/novo-instituto-de-eduardo-bolsonaro-busca-financiadores-e-se-espelha-na-direita-pro-trump.shtml>>. Acesso em: 20 dez. 2024.